



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Sesc Pinheiros – Rua Paes Leme, 195
DATA: 30 DE NOVEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Bom dia a todos. Obrigado pela presença.

Na qualidade de Presidente da Comissão de política urbana, metropolitana e meio ambiente, declaro abertos os trabalhos da 27ª audiência pública do PL 688/13, Plano Diretor Estratégico.

Está presente também o Vereador Paulo Frange, Vice-Presidente desta Comissão; Sr. José Flavio Curi, Supervisor de Planejamento Urbano; quero agradecer o Sr. Carlos Rodolfo Cabral, Gerente de Relações Públicas do SESC, que nos cedeu gentilmente este auditório e todo o espaço, aliás do trabalho espetacular que a Federação do Comércio faz, que são esses SESC's pelo Estado todo; o Sr. Fernando Bruno, Diretor do Departamento de Controle da Função Social, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que vai apresentar o Plano Diretor Estratégico, assunto da nossa discussão de hoje.

Sobre o Plano Diretor Estratégico, obviamente, temos procurado despolitiza-lo ao máximo, ou seja, não tratar o plano diretor da Cidade como uma questão de situação e oposição, até porque a gente sabe que o plano diretor é quase a constituição da Cidade, em termos urbanísticos, então, ele precisa estar acima de questões políticas mesquinhas e pequenas, então, temos procurado fazer um trabalho bastante profissional. Sou o Presidente da Comissão, o Vereador Nabil Bonduki é o Relator do projeto; Vereador Paulo Frange, do PTB, é Vice-Presidente da Comissão; e o trabalho que temos feito é absolutamente profissional e sintonizado com o que nós pretendemos, que são essas audiências públicas, porque entendemos que – eu pelo menos, com os cinco anos que fiquei na Prefeitura, aprendi – quem conhece os problemas e as prioridades de um lugar é quem mora e trabalha no lugar; a cidade no Power Point é facinha de compreender, o difícil é o dia a dia dela nas diversas regiões, São Paulo é uma Cidade imensa, com problemas completamente diferentes, com prioridades diferentes em cada um de seus pontos, com prioridades também diferentes. No papel se consegue planejar a cidade ideal, como sempre digo: a cidade do *power point*. O duro é

compatibilizar isso com a cidade real. São Paulo é uma cidade que tem um gigantesco passivo para ser resolvido. É muito difícil só ficar planejando o futuro e imaginando que você está partindo da estaca zero. Você não está partindo da estaca zero. Existe uma cidade, com problemas gigantescos a serem resolvidos, em paralelo, você tem que planejar o seu futuro, ou seja, consertar o avião em pleno voo. Não dá para descer para fazer a manutenção.

Esse plano diretor tem vários pontos que eu vejo problemas e que temos que discutir bastante, é o caso do adensamento nos eixos de transporte, dando coeficiente 4, indiscriminadamente, nos eixos como um todo.

Obviamente, que vai se tentar o coeficiente 4, quando se faz o adensamento, peguemos o exemplo da Radial Leste, vão adensar perto da Mooca e não no Aricanduva, onde precisa. Acho que temos que criar novas centralidades, levar infraestrutura para o resto da cidade, criar novos centros, levar a infraestrutura onde as pessoas estão morando e não obrigarem as pessoas a mudarem de lugar para ter acesso à infraestrutura. Isso me parece algo lógico e uma das coisas fundamentais para isso é a regularização fundiária. Quando se vai à zona Sul de São Paulo, para baixo do Campo Limpo, provavelmente, moram 2,2 milhões de pessoas, quando olhamos as questões de zoneamento, é tudo área de manancial. Portanto, lá é tudo irregular e, por ser tudo irregular, não tem atividade econômica praticamente nenhuma. A que tiver está lá à mercê dos acharques de fiscalização e outros problemas, porque à rigor não poderia ter, como não poderia ter gente morando, mas moram. Só que essas pessoas, para trabalharem, têm que se deslocar todos os dias, por duas horas ou duas horas e meia de ônibus e metrô até o trabalho.

Quero anunciar a presença do nosso Vereador Nabil Bonduki, que é o Urbanista da turma.

Metade da população de São Paulo, pelo menos, dorme menos do que cinco horas na cama, tenho certeza absoluta disso. Dormem a diferença dentro transporte urbano, que tem preço alemão e qualidade cubana, é de quinta categoria, a gente sabe disso.

Essas coisas têm que ser previstas, temos que pensar. Não é um simples coeficiente 4 nos eixos de transportes que vai resolver esse problema, porque se parte do princípio que todos os corredores de ônibus que estejam vazios e que os ônibus e estações de metrô também estejam vazios. Sabemos que essa não é a realidade.

Temos que tentar fazer dessa São Paulo uma São Paulo melhor. Quando falam: a gente vê nos jornais e revistas que São Paulo é uma cidade moderna, contemporânea, comparam São Paulo com Nova Iorque. Acho que só dá para comparar o quadrilátero da Paulista até a Faria Lima, da Rebouças até a Nove de Julho, o resto está mais comparável a Nairobi do que qualquer coisa como Nova Iorque ou outra cidade desenvolvida, infelizmente.

Acho que temos que correr atrás do prejuízo e andar rápido para não perder o bonde do futuro. São as coisas que temos que pensar nesse plano diretor. Também temos que pensar questões importantes como os bairros preservados, a história da cidade, não deixar a especulação imobiliária e as pressões passarem por cima disso, enfim, há uma série de coisas que nós só conseguiremos fazer com a ajuda da sociedade e, principalmente, despolitizando essa discussão, tratando o plano diretor como efetivamente um projeto importante para a cidade e para o seu desenvolvimento, que tem que ficar acima de questões partidárias. Até agora temos conseguido isso, vamos ver se no ano eleitoral que temos para frente a gente consegue manter o ritmo. Acredito que, no que depender desta Comissão, nós vamos conseguir.

Quero saber se o Vereador Paulo Frange quer falar agora, depois o Vereador Nabil Bonduki e passamos à apresentação do plano diretor.

O SR. PAULO FRANGE - Obrigado, Presidente Matarazzo, mas, cumprindo o rito que temos tido ao longo das audiências públicas, estamos aqui hoje muito mais para ouvir a população do que propriamente para ficar falando. Temos que fazer uma introdução mas aqui temos uma preocupação muito grande. A macrorregião centro-oeste nos causa uma preocupação muito grande com o futuro e com o que vai acontecer com aquele espaço gigante

do CEAGESP, se continua lá ou não; ao meio, uma zona industrial que começa na região Oeste e termina na divisa com Osasco, uma região que tem indústrias, e ninguém fez nada pelas indústrias ao longo do tempo. Das seis empresas que visitamos hoje têm 30 mil funcionários; não têm segurança; têm três turnos de trabalho, funcionários são assaltados na entrada e na saída; falta iluminação; falta fibra ótica, não conseguem chegar e abrir novos canais de telefonia, a carga de energia não é suficiente, enfim, abandonados à própria sorte, uma zona industrial rica, aqui do lado; um pouquinho mais à frente, um problema que envolve o jôquei clube, e que nós estamos tratando na Câmara numa discussão que trata de transformar aquela área toda num grande parque e, quem sabe, com o hipódromo no meio, como acontece na Argentina, a beleza que é, a participação da cidade inteira naquela região e quem quer ver a corrida de cavalos tem o seu hipódromo localizado, para que a gente possa preservar aquele verde. Aquilo ali não pode deixar de ser área de permeabilização da região. Nós vamos encontrar os mesmos problemas que encontramos na zona Leste porque Raposo Tavares, João XXIII, Jaguaré, temos uma carência enorme de habitações de interesse social, portanto, vamos tratar desses mesmos assuntos. Mas para cá, vamos tratar dos problemas das incomodidades que existam as atividades que estão aqui e não deixam aqueles que estão nas zonas residenciais dormirem, temos um conflito muito grande nessa região, sempre discussões que envolvem o problema do ruído. Enfim, queremos ouvir mais de vocês porque temos uma ideia de tudo o que acontece aqui – todos nós da Comissão – mas não temos muito o que falar hoje, a não ser ao final, queremos muito é ouvir para aprimorarmos isso. Não deixem de utilizar os meios eletrônicos para passar informações para a Câmara, que tem no seu site um espaço específico para adicionarem ideias e propostas, fale com algum Vereador próximo de você; se você tem dificuldade passe por e-mail para a Câmara, mande carta, vamos passar o site, para que a sociedade participe mais. Por problema da mobilidade urbana, nem todos podem também estar aqui presentes, mas hoje os canais eletrônicos ajudam muito.

O Vereador Nabil Bonduki passará qual é o canal da Câmara que está recebendo

sugestões, porque ele está selecionando tudo isso para que a gente possa, depois, constituir no relatório.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Também quero agradecer Vereador Paulo Frange e anunciar a presença do Danilo Miranda, Diretor do SESC. Quer nos dar uma palavra, Danilo? Danilo e toda sua equipe é um dos principais responsáveis pelo sucesso que o SESC, pelo papel que o SESC tem em todo o nosso Estado; o Danilo está desde o início da gestão do Abram e criaram essa estrutura de cultura que é o SESC, que eu diria que faz quase ou melhor do que o papel do Estado nas atividades.

O SR. DANILO MIRANDA – Andrea, muito obrigado. Obrigado, Nabil e vocês todos. É um prazer muito grande abrimos o espaço da nossa instituição em Pinheiros, com o objetivo de promover, ajudar e colaborar nessa discussão. Nós estamos muito empenhados nesse assunto, primeiro, como partícipes da discussão, como cidadãos, como pessoas que estão trabalhando e vivendo numa cidade como São Paulo, com as características que nós temos. Então, esse é um lado importante, um lado da ação política, independente da questão partidária, independente mesmo da questão de envolvimento ou não com a administração pública diretamente. É obrigação da sociedade civil pensar na sua cidade. Nós como cidadãos, como instituição aqui em São Paulo, estamos envolvidos de várias maneiras, abrindo espaços, participando intensamente dessas discussões sobre mobilidade, sobre toda questão da Educação, Saúde, Cultura, questão das áreas verdes, lazer. Tudo aquilo que diz respeito à cidadania nos interessa e de alguma forma, estamos envolvidos. Temos todo interesse em opinar, ouvir opiniões, manifestar etc... Em segundo lugar temos um mecanismo criado esse ano com objetivo, exatamente, de dar vazão a toda essa perspectiva que é o Sampa Criativa, que é uma proposta, uma plataforma, um site, um portal, um espaço na internet, ou que seja, o nome que queira dar a esse tipo de ação com o objetivo das pessoas se manifestarem. O que fazemos com as manifestações que lá mandamos? Direcionamos para as autoridades: Poder

Público, Poder Executivo, Legislativo, com o objetivo de formar esse caldo de cultura, essa ebulição importante que está ocorrendo na Cidade de São Paulo em que a cidadania é convocada a participar e dar opinião, desde o ponto de ônibus na porta da sua casa até o pensamento sobre a mobilidade inteira da grande São Paulo e tudo que diz respeito à Cidade de São Paulo. Se não participarmos, não desenvolveremos. Se não nos interessarmos por isso de uma maneira séria, competente, de maneira voltada para o interesse público, não para o interesse individual, todo grupo, ou da minha categoria, ou daquilo que sou. Se eu sou empresário ou trabalhador. Claro, por interesse geral, se eu faço isso com essa intenção estou colaborando com a cidade. É nesse sentido que temos nossas unidades todas, abertos para ajudar nessa discussão. Portanto é um prazer enorme tê-los aqui e espero que a gente ajude um pouquinho colocando mais um tijolinho nessa construção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Passo a palavra ao nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NAVBIL BONDUKI – Bom dia a todos. É um prazer em estar aqui em mais uma audiência pública sobre a revisão do plano diretor estratégico da Cidade de São Paulo. PL 688/13. Falo nessa primeira fala, mais como relator do projeto. Vou explicar um pouquinho essa tramitação e qual nosso horizonte, acredito ser de grande importância para todos que vieram participar desse processo. O projeto de lei, é um PL do Executivo, chegou à Câmara Municipal de São Paulo em setembro, foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça e agora está na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, comissão de mérito do projeto, isso significa que é a comissão que irá fazer um parecer sobre conteúdo do projeto. O nobre Vereador Andrea, presidente, me indicou para ser o relator do projeto, significa que eu terei a responsabilidade, claro que em conjunto com outros Srs. Vereadores, mas com a responsabilidade mais centrada em mim, de sistematizar todas as questões que estão sendo trazidas pela sociedade, ou seja, organizar as críticas, as sugestões, os acréscimos, as supressões, as modificações no projeto de lei. Também tem a responsabilidade

de fazer uma análise técnica da proposta para que possamos ter a melhor proposta do Plano Diretor que a Cidade de São Paulo. Nós estamos em momento crucial de São Paulo. São Paulo passa por uma crise séria que não é só de mobilidade, é uma crise de habitação, de meio ambiente, até de identidade das pessoas com a cidade. O Plano Diretor é uma oportunidade, por ser um projeto abrangente, que trata esses problemas de maneira integrada, não podemos tratar esses problemas de maneira fragmentada. Não é porque um problema, uma questão se relaciona com as outras. Quando eu não garanto condições adequadas de moradias na cidade, estamos gerando problemas ambientais, aliás tem sido a nossa tradição. População de baixa renda sem alternativa de adaptação, acaba se alojando nas áreas vulneráveis do ponto de vista ambiental que aquelas que deveriam ficar preservadas. Temos de fazer essa releitura do projeto, para, no seu aperfeiçoamento, a Câmara Municipal de São Paulo, vai oferecer à cidade, um projeto substitutivo, projeto que aperfeiçoa o projeto que veio a Câmara Municipal de São Paulo pelo Executivo. É claro que isso será feito, está previsto que o próprio Executivo será o interlocutor importante. O Executivo que irá implementar esse projeto. Ele têm condições técnicas de contribuir também nesse processo de aperfeiçoamento. Estamos aqui em um processo de avaliação de escuta.

Passo alguns dados elaborados pela minha assessoria, para que todos possam terem ideia do processo. Estamos aqui na terceira audiência pública macro regional. Estruturamos o processo participativo em três tipos de audiência pública: Macro regional, uma para cada uma das quatro macros regiões. Que são reuniões que tem sido convocadas. Inclusive pelas rádios e televisão. Audiências Públicas por subprefeitura. Vamos ter agora, nessa semana, ao Butantã, segunda-feira; Lapa, quinta-feira, dia 5; no próximo sábado à tarde em Pinheiros. São audiências públicas das subprefeituras. As audiências públicas, embora falando de macro regional e de subprefeitura, são audiências públicas do projeto de lei. Ele não está dividido por regiões. É claro que em cada região, se discute qual o impacto da proposta naquela região e quais são as questões específicas daquela região que não estão

contempladas no projeto de lei, ou que estão mal contempladas ou que precisam ser modificadas. Mas a manifestação de todos os senhores pode ser feito em relação a qualquer aspecto. Ou em qualquer região da cidade. Audiência Pública na região é uma maneira de trazer a Câmara Municipal de São Paulo, para mais perto dos bairros, das subprefeituras, das regiões para que as pessoas tenham mais condições de participar. Já fizemos 25 audiências públicas, até esse momento. Tem sido uma grande maratona na Câmara Municipal de São Paulo, para poder realizar essas audiências. Temos nos dividido. Estive presente em 21 dessas 25. Não consegui estar em todas, infelizmente, porque cada audiência é uma oportunidade de conhecer melhor o projeto. Por meio daquilo que as pessoas falam, do olhar específico para a região, entendemos melhor o projeto.

Dessas audiências públicas, 18 foram Regionais, em Subprefeituras ou macrorregionais, e sete temáticas, aquelas voltadas para temas específicos. Realizamos uma de mobilidade, uma de habitação com mais de duas mil pessoas – que nem cabia no espaço -, uma muito boa de meio ambiente - na segunda-feira passada - e uma sobre gestão participativa. Já recebemos 274 contribuições, com um total de cerca de 1.500 participantes, sem contar aqueles que ficaram nas salas com telão para poderem acompanhar. No caso da reunião da habitação, algumas pessoas ficaram no auditório externo da Câmara – esses não foram registrados. Temos um registro de 1.500 contribuições; dos quais 150 – mais ou menos – de movimentos sociais, 55 do Poder Público, 20 de entidades profissionais, 30 de munícipes e 20 não informaram.

Quero também dizer que todas as audiências públicas estão sendo gravadas, serão transcritas e sistematizadas. Todas as contribuições serão relacionadas com o trecho do Plano Diretor que trata do assunto. Se forem de assuntos que não se referem ao Plano Diretor, as pessoas receberão retorno. Aliás, em todos os casos as pessoas receberão retorno, ou seja, se foi ou não contemplado, se foi parcialmente contemplado ou se não se relacionava com o assunto Plano Diretor. Muitas vezes aparecem questões que não vão ser tratadas no Plano

Diretor, mas que poderão ser tratadas depois na Lei de Uso e Ocupação do Solo, no Código de Obras ou nos Planos Regionais.

Na cidade de São Paulo existe um processo de planejamento. O Plano Diretor – vamos dizer assim – é a peça mais geral, que dá as grandes diretrizes para o desenvolvimento da cidade. Na sequência, teremos a discussão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, da revisão do Código de Obras e dos Planos Regionais e de Bairros, que são parte do Plano Regional, mas nascem da sociedade e muitos bairros têm trabalhado nessa perspectiva.

Então, é isso. Além desse canal – que o Vereador Paulo Frange falou há pouco -, temos um canal digital no portal da Câmara: www.camara.sp.gov.br, onde todos podem mandar sua contribuição. Isso, inclusive, facilita muito o nosso trabalho, indicar qual o artigo ou o inciso a que está se referindo ou se algo precisa ser acrescido. Em suma, dispomos de uma possibilidade ampla de participação.

Evidentemente, todos sabem que não é a participação pura e simples, isto é, a proposta de alguém ser automaticamente incorporada no projeto. Mas isso é considerado e levado em conta. Evidentemente, quando a gente sente que existe um grande processo, envolvendo muitas entidades diferentes, não adianta a mesma falar por 20 vezes, mas quando são muitas se referindo a um mesmo tema é porque ele tem uma adesão muito grande e precisa ser contemplado ou sofrer modificação.

Era isso. Quero chamar a atenção ao fato de que o Plano Diretor não é um projeto de Governo, é de Estado – vamos dizer assim -, é um projeto de longo prazo. Terá de ser obedecido por todos os Governos. A gente, inclusive, tem de mobilizar a sociedade para que ela defenda o que for definido, porque - podem ter certeza -, o que for definido será aquilo que é o melhor denominador comum de todo esse processo.

Estaremos até o fim para ouvir todos que quiserem se manifestar.

Obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – A de Pinheiros será no dia 7, sábado, à tarde, às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Será na Faculdade Sumaré. Depois daremos o endereço correto.

Passo a palavra ao Sr. Fernando Bruno, que fará a apresentação do projeto do Plano Diretor focando mais, obviamente, a região – se for possível.

O SR. FERNANDO BRUNO – Bom dia a todos. Esse ciclo de audiências públicas é uma atividade da Câmara Municipal de São Paulo, mas o Poder Executivo – represento a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e o próprio Executivo - comparece em nome da harmonia entre os Poderes e para facilitar e colaborar na discussão.

Todos receberam a publicação da íntegra do projeto de lei do Novo Plano Diretor Estratégico e outras publicações. Pretendo não repetir o que já consta no texto, mas expor qual seria a lógica que vigorou e regeu a elaboração da proposta, os pontos essenciais e estratégicos que redundaram nessa minuta, ora em discussão na Câmara Municipal de São Paulo.

Antes de tudo, por que rever o Plano Diretor? Nosso Plano Diretor Estratégico é de 2002. Por que iniciamos – na gestão anterior – o processo de revisão? Há algumas questões formais. O próprio Estatuto da Cidade, a Lei Federal 10.257, exige que, no mínimo, a cada dez anos, para todos os Municípios, os Planos Diretores sejam revistos. Mas a questão não é tanto formal e jurídica e sim o fato de que em dez anos – no nosso caso, já ultrapassamos esse período, estamos indo para o 11º -, ainda mais nos tempos que correm, a cidade muda muito. As dinâmicas da Cidade – algumas permanecem – mas outras mudam de maneira fortíssima.

Então, a questão da mobilidade, que hoje – desculpem a redundância – mobiliza a todos e todas, não é por acaso. É um processo que não era tão perceptível, ou era, mas a gente não alcançava ainda suas dimensões reais, em 2002, quando da elaboração do antigo Plano Diretor. Essa deve ser a nossa maior preocupação. Mas do que rever, porque a Lei Federal assim determina, é porque muita coisa aconteceu em dez anos e nos obriga, enquanto

Poder Público e sociedade, a rediscutir as bases do planejamento na nossa Cidade, quiçá na nossa região.

Qual é essa lógica? Vou passar apenas os *slides* que considero mais importantes para a compreensão e leitura do texto que todos, evidentemente, farão.

- O Sr. Fernando Bruno passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

O SR. FERNANDO BRUNO - Essa é a estrutura formal, como está organizado o texto. Não vou tratar do Título 1, mas quero chamar a atenção para ele. Há alguns princípios relevantes do Plano Diretor: a função social da propriedade, imóvel urbano, a função social da Cidade, a equidade – isso é muito importante numa Cidade tão injusta como ainda é São Paulo. Esses princípios são também muito importantes. Queria que vocês dessem atenção a eles.

Vou passar ao Título 2, que diz respeito à ordenação territorial. De onde se partiu de qual diagnóstico, de quais premissas para depois desdobrar a ordenação territorial.

A primeira abordagem é de macrozona, que a gente chama. Então a gente vai encontrar em verde, não sei se a comparação é boa, mas verde é aquilo que se tivéssemos um planejamento mais estruturado há décadas, é aquilo que não deveria ter sido ocupado. Evidentemente se fala. Mas aqui tem várias ocupações, quase tudo, parte considerável está ocupada. Nós sabemos disso, mas isso é o que não deveria ser ocupado, ou deveria ter sido ocupado de outra maneira. Isso fica evidente quando a gente vê as bordas de Guarapiranga e Billings, entre outros. Lá no extremo as várzeas do Tietê, aqui na região, indo para Taboão, em torno da Raposo Tavares, lá em cima na Cantareira, aquilo que não deveria ter sido. Isso é o primeiro elemento para o nosso raciocínio, para a gente desdobrar. Essas duas macrozonas, a verde a amarelinha, a macrozona de estruturação e qualificação urbana, que é a amarelinha, aquilo que deveria realmente ter sido ocupado e o foi em condições diversas, mas o foi, e a macrozona de proteção e recuperação ambiental, a partir delas é que vamos organizar as macroáreas, ou vamos propor macroáreas. No campo da macrozona de proteção e

recuperação ambiental, que é aquele verde, nós vamos ter quatro macroáreas. Vocês vão perceber que algumas se repetem. Então preservação de ecossistemas naturais, macroáreas de proteção urbana e uso sustentável, recuperação urbana e ambiental e a macroárea de redução da vulnerabilidade urbana, que por sinal se repete lá. E lá também vamos a macroárea de estruturação metropolitana, eu vou me deter um pouco nela, e a de qualificação e urbanização consolidada, onde, aliá, estamos. A nosso aqui é uma macroárea de urbanização consolidada. Então resultado nesse mapa aqui.

Vocês vão perceber que o verdinho que apontei no primeiro já começa a se desdobrar, não só o verdinho, como o amarelo também, que era macrozona consolidada, já começa a se desdobrar. Esse mapa já leva o nosso mapa para algumas peculiaridades. Nos extremos, por exemplo, Capivari-Monos, aqui embaixo, lá em cima o que sobrou da Serra da Cantareira, macroárea de preservação de sistemas naturais, o verde um pouco mais claro, aqui ao longo do Rodoanel também, uma área de preservação mais intensa. Vocês podem perceber que o verde mais forte é onde temos ainda uma parcela considerável de mata íntegra, mata nativa, um bom percentual. E aí a gente vai subindo, a macroárea de contenção urbana e uso sustentável, o verde mais claro, aí já mesclando esse amarelo mais claro à macroárea e recuperação urbana e ambiental, e o amarelo um pouco mais escuro, já chegando mais perto de nós, inclusive, várias situações dessa, que é a macroárea de redução da vulnerabilidade urbana. O nome vulnerabilidade urbana não é à toa, é onde encontramos as maiores, mais graves irregularidades no uso do solo, os maiores problemas da ausência de equipamentos públicos e de infraestrutura urbana, onde tem que ter uma atenção muito grande nossa, porque ali está marcada uma parcela considerável da desigualdade, ali está territorializado muito da desigualdade dessa Cidade.

A macroárea de qualificação e urbanização consolidada, que não chega a ser o oposto, mas é uma situação diferente, é onde temos mais infraestrutura, temos mais equipamentos públicos, temos população com acesso a lazer, a cultura, de maneira geral, que

é esse laranja. Por fim, não sei que cor é essa, acho que é um vermelho, é a macroárea de estruturação metropolitana, que vou tratar um pouco, que vai às vezes de forma mais larga e às vezes de forma mais estreita, pega a Rodovia Airton Senna, pega a Marginal Tietê, a Marginal Pinheiros em toda a sua extensão, às vezes, abrindo e, às vezes, afunilando, ingressa na Cupecê e na Jacu Pêssego, no extremo Leste.

Podemos dizer representado pelas planícies aluvianais, as planícies dos grandes cursos de rios, e é por onde transitam 2,5 milhões de pessoas todos os dias além de cargas de toda a intensidade. Conecta-se com o resto da região metropolitana e até mesmo com a região metropolitana de Campinas e da Baixada e até mesmo ao longo do Tamanduateí no ABC e no Centro. Há uma peculiaridade importante dessa macroárea, que vou comentar oportunamente.

Agora, as macroáreas isoladas. Como falei, área de preservação de ecossistemas naturais ao longo do Sul do Rodoanel, Parque do Estado, Capivari Monos, Serra da Cantareira. A desconexão urbana e uso sustentável - que já tem uma ocupação, mas também têm passivos ambientais muito maiores a serem sanados.

A macroárea de recuperação urbana e ambiental onde esses impactos são ainda mais graves pela proximidade, como disse, da Guarapiranga e da Billings, entorno da Cantareira. A macroárea de redução de vulnerabilidade...

Estou passando rápido, mas ao lado, para cada macroárea, a gente coloca os principais instrumentos aplicáveis. Eu não vou me deter a cada instrumento, mas os instrumentos são as ferramentas, ou seja, as possibilidades jurídicas, institucionais e até mesmo políticas que o Poder Público tem para interferir nas peculiaridades de cada uma das macroáreas e até mesmo das zonas especiais.

Alguns desses instrumentos são bastante conhecidos e as pessoas já se apropriam mais como é o caso das ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social, a própria ZEPEC, Zona Especial de Preservação Cultural. Outros, nem tanto, pois não são tão conhecidos ou não foram desenvolvidos como queríamos, como o Direito de Superfície e o Direito de Preempção.

Alguns são novidades por estarem incorporados por estarem no planejamento urbano, caso do pagamento por prestação de serviços ambientais, termo de compromisso ambiental, cota de solidariedade – que não aparece nesta macroárea, mas aparece em outras –, arrecadação de bens abandonados. Alguns já estavam em vigor desde 2002, outros são novidades.

A macroárea de redução de vulnerabilidade urbana é onde está a maior parte da irregularidade no uso do solo, a maior ausência de equipamentos públicos, de infraestrutura, onde temos de ter um cuidado muito maior.

A macroárea de qualificação e urbanização consolidada é quase o oposto. É onde se tem a maior oferta de infraestrutura e de equipamentos.

Por fim, a macroárea de estruturação metropolitana, que apontei no início. Aqui um olhar mais próximo da nossa região Centro-Oeste. Um pouquinho mais... vocês vão ver que temos quatro situações : temos a redução da vulnerabilidade; temos a metropolitana, macroárea metropolitana; a macroárea de requalificação, mas já estruturada. Temos, pelo menos, quatro situações aqui.

E aqui no canto - não sei se é Jardim Providência aqui, imagino que seja - ou não -, já uma área de Preservação. Temos situações, então, aqui, para nós, pelo menos quatro das situações que narrei antes.

Que narrei antes.

O Plano Diretor não cresce a detalhes do zoneamento. Isso é feito em seguida, vamos dizer, aquilo que realmente vai repercutir no cotidiano do uso de cada lote, de cada imóvel das cidades. Esse efeito pelo Lei do uso do solo, que é a sequência do Plano Diretor. Mas ele já coloca algumas coisas que são igualmente estratégicas, que são a definição dessas zonas que serão depois alocadas no território da Cidade e, especialmente das zonas Especiais.

Então, a definição de cada zona já teríamos apontada no Plano Diretor.

No canto aqui, vamos dizer assim, às zonas ordinárias, as comuns; as zonas

exclusivamente residenciais; as de proteção ambiental; e, ali no canto, as principais zonas especiais : as de interesse social e a de Preservação cultural.

Esse mapa é uma distribuição de um tipo desse zoneamento especial. Não vou apresentar de todos, mas é a distribuição de um tipo, e muito importante que são as Zonas Especiais de Interesse

as Zonas Especiais de Interesse Social.

Há quatro categorias de Zonas Especiais de Interesse Social, 1, 2, 3, e 4.

Depois vou mostrar mais detalhadamente, acho que já está aqui: a distribuição dessa essas leis aqui também mais próximo de nós.

O mapa não ajuda muito, mas vocês vão ver também que aqui no Centro-Oeste temos, pelo menos, as três principais : a ZEIS 1, que é aquela já ocupada por população de baixa renda, ela já com núcleos de moradia, de ocupações; ZEIS 2 e ZEIS 3, que são aquelas onde pode até haver ocupação, mas você tem

mas onde se tem, basicamente, áreas vazias ainda, áreas passíveis, portanto, de serem utilizadas para acomodar Habitação de Interesse Social, tanto para o provimento habitacional como para ajudar a resolver essas irregularidades que são as da ZEIS 1.

Não teremos aqui ZEIS 4. É a única situação que não teremos, porque a ZEIS quatro é basicamente uma ocupação em área de preservação de mananciais.

Mas as outras todas nós temos. A favela ali próximo do Jaguaré, de no canto, só para dar um exemplo, aqui próximo Jaguaré.

Esse é fácil para mim porque eu sou morador do Jaguaré . então, aqui eu me sinto um pouquinho mais em casa.

E aí é como que pretendemos utilizar essas ZEIS. Vocês vão utilizar
vocês vão observar

vocês vão observar que temos, cruzando aqui, aquela ZEIS com o que chamamos de HIS - Habitação de Interesse Social.

Habitação de Interesse Social 1 são aqueles empreendimentos voltados para a população de até 2.034 reais - população que realmente tem muito mais dificuldade para acessar moradia, com renda familiar de 2.034 reais.

HIS 2, aquelas que têm a renda familiar até 4.068 reais.

E o HMP já é um patamar acima, passa de 7.300 reais de renda familiar. Quer dizer, é um segmento que, na verdade, o próprio mercado de incorporação e construção acaba por absorver, consegue absorver.

Aqui é um ponto que posso falar com tranquilidade porque é um ponto que está dando muita polêmica porque que as cidades não pode mais se expandir, territorialmente, para as franjas para as franjas. Não há como, ao contrário, muito pelo contrário. Temos de ter um tratamento especial, porque ela se expandiu nas franjas para muito além do que poderia. Onde vamos alocar, reestruturar e colocar os usos, tanto os residenciais como também os não residenciais: comércio e indústria de todo o porte. Se temos de conter, quando vamos realocar essas situações. A primeira e mais importante que tem dado grande polêmica é o que chamamos de rede de transformação e estruturação urbana e, principalmente, os eixos que chamamos de eixos de transformação.

A questão não são as vias em si, não é o leito carrossável, mas é o fato de que alguns sistemas de mobilidade dentro da Cidade ainda tem capacidade para receber novos usos, pelo menos na perspectiva do Poder Executivo. Com uma disciplina própria, mas ainda tem condições de fazer isso. Os elementos estruturadores são todos aqueles que servem ao transporte coletivo.

Em azul temos alguns desses principais eixos de mobilidade urbana. Desde a Teotônio Vilela, passando pelo que seria o plano de avenidas, lá na zona Norte, e há as áreas de influência, o sistema e avançando para dentro da quadra para o miolo do bairro um pouco. Essa faixa pode variar, não dá para ver aqui na escala, são áreas de influência, é aí que achamos que a Cidade pode acomodar novos usos. Esse mapa é o mesmo anterior, com

alguns acréscimos, ali em Salmão há a área prevista de trilho até 2016 e, em amarelo escuro, é a área de influência, para 2006, o transporte sobre trilho e do corredor de ônibus até 2016.

É principalmente aí que achamos que a Cidade ainda acomoda usos em especial os residenciais de variados padrões, mas o que nos interessa mais é o padrão de interesse social, que precisamos ter mais atenção e também outros usos como o não residencial.

Para vocês entenderem o que é área de influência, temos o trem e aqui temos uma quadra que varia em torno de estações. Em torno de uma estação de metrô você tem uma pequena área de influência onde é possível acomodar novos usos, adensar um pouco mais a ocupação.

Esse é o mapa atual e o planejado até 2016. O que fundamenta essa perspectiva do Poder Executivo de que é possível adensar? Só para termos uma ideia, deixa eu colocar a macroárea de qualificação da urbanização para a gente ter uma ideia. Depois, essa tabela não tem aqui, mas posso fornecer para quem quiser. Mostra basicamente que se você considerar a legislação de hoje, os proprietários de imóveis ou os usuários do solo urbano nos corredores existentes não usam o que poderiam usar, não construíram aquilo que poderiam construir.

Se pensarmos só do ponto de vista legal essas áreas não chegam a ser exatamente subutilizadas, mas estão utilizadas abaixo do que poderiam. É claro que fazer essa conta por média é complicado. É a história de colocar a cabeça no forno e o pé no congelador. Na média, a temperatura está agradável, mas o sujeito morre do mesmo jeito.

Vou pegar só um dado para vocês verem, corredores existentes na macroárea de qualificação consolidada. Poderíamos ter 45 milhões de metros quadrados construídos, mas não temos. Temos menos da metade disso. Isso se deve ao fato de que alguns lotes podem ser mais utilizados. Também há o fato de que temos áreas não utilizadas, completamente vazias. Partimos da premissa de que dá para adensar bem mais nesses corredores servidos pela infraestrutura de mobilidade, mas não só isso, a de drenagem de água, etc. Essa tabela vai se repetir em todas as macroáreas. Em todas as macroáreas encontramos o mesmo

fenômeno, os números variam, mas em alguns casos, inclusive, na vulnerabilidade urbana, que é bem baixa, nas regiões mais periféricas, o coeficiente de aproveitamento é de 0,5. Poderia ser muito mais do que o dobro disso. Entendemos que seja possível fazer isso.

Só para as pessoas entenderem, coeficiente de aproveitamento é o quanto você pode construir em função da área do seu lote. Muito grosseiramente, se você tem um lote de mil metros quadrados, você poderá construir mil metros. Pode ter mil metros de área construída. Entra em cena a questão das áreas não computáveis, especialmente vaga de garagem, mas o conceito de coeficiente de aproveitamento, o CA, é alíquoto.

Quanto aos instrumentos, repito, não dá para ficarmos abordando cada um deles. Alguns já são bastante conhecidos, manejados, não só por técnicos, mas também pela população, que é o caso de operações urbanas consorciadas, outorga onerosa, que eu havia comentado, planos específicos, planos regionais. Outros, não é que seja novidade ou invenção, mas foram trazidos para o Plano Diretor como: o pagamento por prestação de serviços ambientais, a cota de solidariedade e os projetos de intervenção urbana. Há outros que são velhos conhecidos e nunca ou pelo menos até agora foram para frente, como por exemplo, o parcelamento de edificação ou utilização compulsória, mas que na nossa proposta ganha uma relevância muito maior.

Ora, se estamos concluindo que, ao longo dos eixos, com toda a infraestrutura, mobilidade e serviços, os lotes não estão sendo ocupados como deveriam, esse instrumento do parcelamento, edificação e utilização compulsória quer obrigar justamente, quer coibir as áreas ociosas, tanto aquelas sem construção como aquelas construídas, mas sem uso nenhum, esse instrumento ganha uma importância muito maior. É a questão dos imóveis que estão construídos, mas sem uso. É o galpão de fábrica sem que haja atividade ali dentro. É o mesmo edifício residencial em que as unidades estão todas desocupadas.

Isso na nossa proposta não pode mais ser admissível. Essas duas situações, tanto o imóvel, o terreno não edificado, como aquele edificado mas não utilizado. Inclusive, vocês

podem observar, utilizado em todas as macroáreas, nas ZEISs, e, principalmente, nos eixos de estruturação que são aqueles que mostrei a vocês anteriormente. A conta da outorga onerosa, os recursos de outorga onerosa, quer dizer, poder construir um pouco acima do CA, coeficiente de aproveitamento, pagando por isso. Na proposta do nosso plano diretor, esse recurso vai todinho para as áreas de vulnerabilidade urbana, para infraestrutura, na proposta do Poder Executivo; transferência do potencial construtivo para preservação ambiental e – não é a mesma coisa que os eixos de estruturação – mas aqui estabelece uma lógica específica, áreas de estruturação local, no caso de se fazer intervenções urbanísticas numa região um pouco mais restrita, áreas de intervenção urbana, são intervenções urbanísticas, de requalificação, troca de infraestrutura, abertura de áreas verdes, numa região um pouco maior e a operação urbana consorciada, que já é conhecida, pelo menos, já temos outras situações aqui.

A última parte, passarei um pouco mais rápido, mas para quem quiser, tenho os mapas e slides acerca dos sistemas urbanos ambientais, áreas verdes, drenagem, coleta e destinação final de esgotos, também de resíduos sólidos, o que se pretende de ações dentro desses temas: áreas verdes, drenagem, resíduos e tal, o que se pretende no horizonte de 2016, de hoje até 2016; em algumas situações, até 2024.

A primeira é a questão das áreas verdes, o verde mais escuro, mostra os parques municipais existentes, desde o Ibirapuera; e o verde mais claro, vocês podem observar uma predominância de parques lineares, olhem só a frequência de parques lineares, são os previstos no horizonte – repito – de 2016.

São as novas áreas verdes de uso comum do povo previstas. Podem até achar pouco, mas se a gente for somando aqui. Estamos falando do horizonte de três anos. Não sei se é muito. Eu concordo que não seja muito, mas acho que não é pouco também não, para três anos, constando custo de desapropriação, projeto, implantação, sinceramente, para três anos, poderia ser mais, principalmente, perto da minha casa.

Agora, para três anos acho que está razoável. A gente vê o linear, e ele parece

pequeno, mas, nessa escala, um parque linear passa de 600 , 800 metros, 1 quilômetro ou 1,5 quilômetro. Pela legenda, não consigo olhar, mas eu trouxe o *power point* , caso queiram olhar e fazer a identificação de cada um deles.

Saneamento: isso está terrível. De qualquer forma, tão importante quanto o sistema, o centro de reservação – no meu tempo, a gente chamava de caixa d’água, mas, hoje em dia, não é mais isso – e as estações elevatórias e também aqui o tracejado vermelho, as adutoras a implantar. Temos um mapa – olhem -, então aqui o tracejado, talvez seja o mais importante, é a adutora a implantar para o fornecimento de água.

- Manifestação fora do microfone.

R – Está menos borrado você quer dizer, porque esse aqui realmente está terrível.

Esse mapa é a questão do esgoto. Então em marrom a estação de tratamento existente. Em marrom mais fininho o interceptor existente para evitar a deposição in natura dos resíduos. Aquele marrom tracejado o interceptor planejado até 2015, e outro planejado até 2018. Então são políticas setoriais e não temos todas as informações sobre eles, e aqui na nossa região o que se pretende em termos de interceptor, principalmente Marginal Pinheiros, é claro, por motivos óbvios.

Aqui a coleta de resíduos sólidos. As cores estão ali, a legenda, o amarelo bem escuro é a estação de transbordo planejada e o losango vermelho o eco parque planejado. Central de processamento também, tanto a coleta seletiva de secos, coleta seletiva de orgânicos planejada.

Vamos ver os ecos pontos implantados e a inaugurar mais aqui ao sul e um aqui na Marginal Pinheiros e aqui, na altura do começo da Castelo. O sistema de mobilidade que dá muita polêmica. A classificação das vias do mapa maior ainda. Aqui as vias a melhorar e vias a abrir, quer dizer, ampliar.

Quero deixar bem claro, não sou da área de transporte e trânsito, mas aqui no nosso mapa via estrutural a melhorar é um gênero que comporta várias espécies, desde o

recapeamento, passando pelo alargamento e por outro tipo de obra. Então o alargamento é uma das possibilidades de melhoria das vias já existentes. Agora, o tracejado é mais claro.

Esse mapa é do sistema de transporte coletivo de vias, trem, estação planejada. Vejam que aqui temos vários horizontes, dois pelo menos: 2016 e 2025; mon trilho planejado para 2016 e para 2025 e temos duas dimensões temporais.

Equipamentos urbanos e sociais, esse não. O sistema de habitação em especial áreas de risco, o ponto aqui, as ações previstas, pelo menos, no plano diretor é a questão da redução da área de risco. Essa é nossa preocupação central e temos várias situações aqui, principalmente para o lado de lá da Marginal Pinheiros avançando para o Sudoeste, várias situações de áreas de risco, tanto áreas de deslizamento como baixos de linhões, áreas em APP, marginal de córregos, sujeitas, portanto, a inundações.

E tão importante quanto é a gestão democrática. Alguns elementos da gestão democrática já estão implantados, em funcionamento, como o próprio Conselho Municipal de Política Urbana, a Câmara Técnica de Legislação, a Comissão de Proteção. Mas há outros instrumentos para a sociedade utilizar que foram pouquíssimo utilizados. Com exceção talvez da audiência pública, como esta, alguns instrumentos em que sempre se apostou que seriam utilizados fartamente pela sociedade civil não o são, pelo menos com a intensidade que a gente gostaria.

- Fala fora do microfone.

O SR. FERNANDO - Iniciativa popular de projetos de lei e iniciativa popular de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Não estamos falando de planos complexos, talvez de diretrizes simples para o seu bairro.

- Fala fora do microfone.

O SR. FERNANDO - Veja, não estou dizendo por que isso aconteceu; não estou culpando o poder público nem a sociedade civil nem ninguém. O fato é que poderiam ser mais utilizados.

- Fala fora do microfone.

O SR. FERNANDO - Tudo bem. Vamos descobrir por que não são utilizados.

- Fala fora do microfone.

O SR. FERNANDO - Fundo de desenvolvimento urbano, que já existe e é mantido.

Acho que a preocupação central de vocês está aqui, que isso funcione: sistema municipal de informações e instrumentos de monitoramento e avaliação. É muito bonito de falar, mas, se isso não funciona, o resto ou não funciona ou talvez funcione abaixo do que gostaríamos. Se esse último aqui não funcionar legal, os outros ficam ou ausentes ou capengas. Isso é mais ou menos óbvio.

Disposições finais e transitórias. É aquela questão que eu falei da área de estruturação metropolitana na Jacu-Pêssego e na Avenida Cupecê. O coeficiente de aproveitamento está sendo jogado bem para cima apenas para os não residenciais, então é incentivar a ocupação dos lotes, tanto os lindeiros como os próximos, tanto do eixo da Jacu-Pêssego como do eixo da Cupecê.

A nossa percepção é a seguinte: os usos econômicos já estão indo para esses eixos. Não é que vão começar a se instalar empresa de logística, supermercado, depósito, quiçá banco, *call center*. Visão do poder público. Não que nesses dois eixos – Jacu-Pêssego e Cupecê -, esses usos passarão a se instalar lá porque estamos dando um coeficiente de aproveitamento quatro. Na nossa percepção isso já está acontecendo, só que talvez sem a disciplina adequada. Pelo menos é a visão – repito – do Poder Executivo.

Essa é a macroárea que eu falei. Aqui é o eixo da Jacu-Pêssego e aqui o da Cupecê. Parte considerável, imensa, da logística dos caminhões etc. já usa a Cupecê para acessar o ABC paulista a partir de Diadema e da Imigrantes – já fazem isso. Quem circula pela Cupecê vê o estado em que ela fica, porque é uma carga de transporte muito maior do que ela pode suportar hoje.

É isso, gente. O evento é da Câmara. É só uma lógica, uma estrutura. Obrigado

pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Fernando, muito obrigado pela exposição. Acho que é a 14ª que vejo você fazer. Está ficando boa. Realmente está muito clara, muito objetiva.

Estamos com 30 inscritos. Estão fechadas as inscrições. São três minutos para cada um. Peço que se mantenham, por favor, dentro do tempo.

Vou chamar o Vereador Police Neto, que chegou. Muito prazer em recebê-lo.

Vamos começar a chamar os inscritos. Vamos chamar o João Vítor, morador do Butantã. Depois, a Sra. Sueli Mandelbaum, do Defenda São Paulo.

O SR. JOÃO VÍTOR – Bom dia. Eu não esperava ser o primeiro a falar, mas queria que a gente pudesse debater mais aprofundadamente alguns pontos da nossa região. Sou morador do Butantã. Vou começar com a questão dos parques lineares.

Sou geógrafo por formação, estudei os parques lineares, em especial o Parque Linear Várzeas do Tietê, da região Leste, e o que se observa é que há muitos moradores em situação precária às margens dos parques lineares. Na zona Oeste alguns parques lineares vão remover moradores nessa circunstância de precariedade. O que a gente já vê hoje é a comunidade do Sapé que está sendo removida. Então queria entender qual é o projeto para debater em torno disso.

Sobre habitação de interesse social, tem uma ampla área com situação precária de moradia – Jaqueline, Monte Kemel, a própria São Remo, que faz muro com a USP. Qual é a proposta do poder público, considerando que a principal questão é não tirar essas pessoas e jogá-las numa área mais distante.

Para tentar resumir, para terminar, quero falar sobre duas coisas. As operações urbanas consorciadas: houve interesse – ainda há o interesse - de fazer a Operação Urbana Consorciada da Vila Sonia. Isso ainda está meio em suspenso, muito devido à intervenção dos moradores a partir de uma articulação chamada Rede Butantã. Qual é a pretensão do poder

público.

Por fim, sobre a questão da mobilidade que de fato é o que está mobilizando boa parte da Cidade. Recentemente houve um fracionamento de diversas linhas de ônibus pela Cidade. Na nossa região tem um novo terminal de ônibus, que é o terminal Butantã, que está centralizando todos os transportes da região. E aí vale a pena a gente citar a questão das licitações de ônibus, que no terminal Butantã é um terminal que está sendo bem utilizado por duas empresas, a Transpass e a Gato Preto, que são esses ônibus laranja. Isso demonstra um fracionamento da Cidade, cada região fica restrita para algumas empresas de ônibus.

Na nossa região tinha uma importante linha que ligava o Jardim Miriam à Vila Gomes. Essa linha foi fracionada, agora ela virou Vila Gomes/Vila Sonia, o que impede que os moradores do Butantã tenham acesso a alguns equipamentos públicos como Hospital das Clínicas e outros hospitais, considerando, principalmente, que na região da Vila Gomes temos um grande número de moradores idosos que frequentam alguns hospitais.

Digo isso para concluir, pois estamos organizando uma tentativa de retomada desse ônibus. Junto a essa tentativa, queremos também realizar uma audiência pública no dia 7 de dezembro no próprio bairro. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo - PSDB) – Então Sueli Mandenbaum, depois Sra. Rosa Palmira Jacobugobels(?), moradora da rua Lisboa com avenida Rebouças.

A SRA. SUELI MANDEBAUM – Bom dia a todos, sou urbanista.

Esse plano é para o mercado imobiliário, simplesmente. O paulistano não está contemplado. Não ouvi falar do paulistano atual da Cidade na apresentação, o senhor até me desculpe.

Ontem saiu no *Estadão* o plano do mercado imobiliário. Ele já está trabalhando num plano aprovado. Foi aprovado, quer dizer, eles sabem melhor que nós.

Quero falar de *retrofit*. Não se fala em *retrofit* no plano. *Retrofit* é reforma das edificações atuais. Isso é a identidade de São Paulo. É o que tem hoje. É a Cidade que existe,

não uma cidade nova que o senhor apresentou. Pois é, o *retrofit* interessa ao DPH - Departamento de Patrimônio Histórico, interessa à Cohab, mas não se fala nisso. É imprescindível incluir e fazer uma lei para facilitar o *retrofit*.

Aliás, o *retrofit* é o melhor objeto para as pequenas construtoras que também não estão aqui. Esse plano é para as grandes empreiteiras.

Nesse quadro, quero pedir a anulação do consórcio imobiliário da concessão urbanística e de todas as concessões tipo PPP da Casa Paulista que nada mais é, em português curto e grosso, do que roubo de terrenos do paulistano em benefício de empreiteiras.

Por favor, estudem os Artigos 76 e 124 que vocês verão. Vocês, paulistanos, querem ser roubados? Não. Eu creio que não.

Quero também falar da outorga onerosa que, ao invés de pagar a Prefeitura, seria muito melhor utilizada em habitação popular, HIS ou mesmo HMP, a preço de custo e que, assim, as construtores fizessem um trabalho melhor de redução de custo e, assim, oferecer habitação popular ao paulistano. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo – PSDB) – Agora, Sra. Rosa Palmira.

A SRA. ROSA PALMIRA – Bom dia a todos.

Minha solicitação é bem simples: transporte público. As linhas estão mudando e isso é algo que vai demorar por anos. Tiram o transporte público de algumas linhas, sem sermos avisados. Há outras linhas que não transitam nos finais de semana e a Prefeitura justifica: “Domingo, o bilhete único demora oito horas”, mas você também não consegue ônibus para ir aos locais.

E, numa série de linhas, falta algo básico: educação, tanto para motoristas, quanto para cobradores. Eles atendem muito mal o cidadão. Os cobradores, principalmente, não estão uniformizados. Há cobrador que fica, desculpem-me, ‘coçando o saco’, na frente dos usuários. Outros ficam comendo comida. Há motoristas que falam o tempo todo ao celular. E tudo isso

tem de estar embutido na educação que deve ser, obrigatoriamente, dada ao cidadão que tem de ser bem atendido.

Agora, onde se viu linha de ônibus que não atende final de semana? A Prefeitura disse que não tem cidadão. Lógico que não tem, porque ninguém esperar um ônibus que não passa. Por isso não tem.

Já me falaram que não ia adiantar nada a minha reclamação, que ela sequer ia ser ouvida porque ela faz parte de um número. Isso é muito chato.

Na Avenida Rebouças nem dá para pegar ônibus no corredor porque há 15 táxis parados lá. Como tive meu carro roubado, estou obrigada a andar de ônibus, mas o ônibus que me levava até o Hospital São Paulo não existe mais. Não fui avisada e não há outro que o substitua. Como fica isso? Nem para o Parque Ibirapuera estou conseguindo ir, porque o ônibus não funciona de fim de semana.

Quanto ao bilhete escolar, por que criança tem que pagar todo anos 30 reais para validar um bilhete que está funcionando? Quero que me expliquem para onde vai esse dinheiro.

Em relação à saúde pública, estou indo a um centro de saúde da Dr. Arnaldo onde os funcionários nos atendem muito mal, olhando para o chão para não nos atender, carrancudos. Só tem idoso sendo atendido. Somos maltratados, gritam conosco e temos até medo de perguntar. A chefia tem que estar presente para termos para quem reclamar. Não conseguimos reclamar com o chefe e temos que ir à Ouvidoria, que me falou que o centro de saúde pertencia ao Estado. Quero que me expliquem como isso funciona.

Também quero que me expliquem por que a farmácia só atende das 10h às 11h se o centro de saúde funciona a partir das 7h. Temos que voltar para buscar os remédios? Os funcionários nos desrespeitam porque ninguém educa quem está lá para atender o cidadão. Será que alguém pode ver isso? Não precisa de Plano Diretor para isso. Será que vou ter um retorno?

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra a Sr. José Augusto Savasini.

O SR. JOSÉ AUGUSTO SAVASINI – Não vou reclamar de nada, porque, o que está aí depende do que foi feito no passado. Sou professor de Economia da USP e não me preocupo com o que está acontecendo agora, mas com o que vai acontecer no futuro.

Vejo a cidade de São Paulo com dois problemas: um é o de mobilidade urbana; o outro, o de casa para a população de baixa renda. Esses dois problemas têm que ser resolvido de uma forma, vamos dizer, inteligente.

O que acontece com isso? Todo mundo que conhece São Paulo – e aqui há um corretor – me diz o seguinte: “O preço dos imóveis na Faria Lima irá dobrar nos próximos dez anos. O preço dos imóveis em Pinheiros também, no Itaim também”. O que acontece com as pessoas de baixa renda? Se eu aumento o preço em um lugar, ele vai para tudo quanto é lugar e vai para a baixa renda também. O que existe é o seguinte: nós, não deixando construir em São Paulo o que deveria ser construído, expulsamos as pessoas para a periferia. Na hora em que fazemos isso, você não tem mobilidade urbana. Quem pega essa estrada que vai para a Cotia vê que ela está parecida com a Rebouças.

O que quero dizer com isso é que a única forma de resolver o problema é concentrar as residências nos eixos desses trens e não ficar com atitudes do tipo “Aqui não pode por causa disso, por causa daquilo”. Agora me dirijo ao Vereador Andrea Matarazzo: por que o Pacaembu não pode ter vários terrenos e ter condomínios de casas nesses terrenos? Por que preciso ter uma casa com quatro dormitórios em cima e um banheiro só? Oitenta por cento das casas lá têm 100 anos. Então, há muitas coisas de que precisamos urgência. Vamos pensar o seguinte: São Paulo é uma cidade de serviços, não mais industrial. Não existe mais indústria em São Paulo, e quem pensa o contrário está errado.

O que são serviços? É eu sair daqui e ir para lá. Não vou montar um serviço em

Cotia ou no Taboão, mas aqui. As pessoas vêm dos bairros trabalhar aqui. Ou nós concentramos as residências dentro de São Paulo, onde há infraestrutura, onde não é necessário fazer muito investimento, ou estamos fritos. Era isso o que eu tinha a dizer.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado, Sr. José Augusto. Tem a palavra o Sr. Peter Lipman Wulf, da Associação dos Moradores e Amigos do Sumaré e Perdizes – Somasu. Depois, falará o Sr. Eduardo Tomasevicius Filho.

O SR. PETER LIPMAN WULF – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, bom dia. Vim representar a Associação dos Moradores e Amigos do Sumaré e Perdizes – Somasu. Estou aqui porque nos anos 80 participei, como consultor, de um estudo feito pela então Cogep, depois chamada de Sempla, cujo objetivo era medir a capacidade de suporte das redes de infraestrutura antes de qualquer mudança no zoneamento.

—

Tenho grandes dúvidas sobre se o pretendido adensamento não irá levar ao colapso das redes de abastecimento. Pergunto: para que cidade, afinal, estamos planejando? Para uma megalópole adensada de 30 milhões de habitantes? Porque a gente não pode supor que o Município de São Paulo seja um recinto estanque, mas ele se comunica com toda a Grande São Paulo que está à sua volta. Agora a superfície ocupada pela Grande São Paulo com adensamento não diminuirá, e duvido muito que as populações que ocupam hoje suas franjas na periferia vão deixá-la para vir morar no Centro.

Então, muito pelo contrário, acho que a própria cidade adensada crescerá mais ainda, tanto em superfície como em população, e corre o risco de colapsar, ou implodir, da mesma forma que, por exemplo – fazendo uma analogia -, na astrofísica as estrelas explodem depois de ter consumido toda a sua massa e se contraído, sob efeito da própria gravidade, e se torna tão densa que não consegue mais se sustentar. Finalmente, ela explode, até se tornar um buraco negro.

Mas não vim para fazer profecias negras, e sim para defender a ZER, porque sou

morador de ZER e tenho algumas propostas bem práticas. Elas se referem ao Artigo 26 que, em poucas linhas, mistura o uso residencial unifamiliar com o multifamiliar; as densidades baixas com as altas; e as construções de dois pavimentos com construções verticais.

Então, a nossa proposta é que, no Parágrafo I deste artigo, seja dividido em 0,1 para habitações de uso residencial unifamiliar e 0,2 para habitações de uso residencial multifamiliar: “A ZER1 compreende as zonas de baixa densidade destinadas ao uso exclusivamente residencial de habitações unifamiliares com gabarito máximo de 9 metros, tendo por objetivo preservar suas características ambientais urbanísticas e sendo vedada a verticalização. Segundo, as ZER2 são destinadas ao uso exclusivamente residencial multifamiliar e compreendem todas as demais categorias a serem classificadas na lei de zoneamento”.

O Parágrafo II, que trata dos coeficientes de aproveitamento, pode ser perfeitamente mantido como está na redação anterior, como parágrafo único.

Agora vou falar sobre o Artigo 59, no Capítulo VI, que trata dos eixos de estruturação e transformação urbana. O artigo se esquece totalmente de prever situações em que os eixos planejados ou existentes entram em contato ou cruzam zonas vulneráveis, como a ZER ou as zonas especiais.

O quadro 04, que trata das áreas de influência dos eixos de estruturação e transformação urbana, com faixas de 150 metros e raios de 400 metros, não deve se aplicar no caso em que o eixo atravessa ou tangencia uma Zepec ou uma ZER. Isso deve ser acrescido nas notas, ao pé da página, do quadro 04, da página 82.

Além disso, deve ser acrescido como 5º Parágrafo do Artigo 59 uma redação específico deixando isso claro nos seguintes termos: Parágrafo V: Não se aplicam as faixas e os raios estabelecidos no 404 como áreas de influência dos eixos de estruturação e transformação urbana nos casos em que esses eixos atravessam ou tangenciam uma ZER ou uma Zepec.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado. Se o senhor puder entregar essa proposta, será ótimo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. – Eu só queria esclarecer que as propostas apresentadas são analisadas por nós e, eventualmente, chamamos as pessoas. Elas têm nos procurado e temos feito reuniões com várias associações também para poder aprofundar e discutir as propostas que são pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – As propostas são registradas, está gravado e são protocoladas também. Então todas as sugestões são analisadas.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Thomaz Evícios (?) Filho.

O SR. EDUARDO THOMAZ EVÍCIOS FILHO – Bom dia a todos, sou Professor da Faculdade de Direito da USP. Quero cumprimentar a Mesa de trabalhos, parabenizar a Câmara Municipal de São Paulo pela abertura que está dando para a discussão do Plano Diretor.

Estou iniciando uma linha de pesquisa na Faculdade Direito a respeito desse assunto e apenas quero fazer uma breve sugestão: é uma questão de método quanto ao desenvolvimento do PDE, apenas uma pequena sugestão para a reestruturação do PDE.

Com a leitura, algo me incomodou bastante, porque ele está muito parecido, no meu entender, com um decreto regulamentar do Estatuto da Cidade. O PDE deveria também ser uma espécie de acordo de reconciliação com a Cidade, porque é por isso que estamos aqui. pareceu que a gente sente que a Cidade não gosta da gente, porque a gente não gosta da Cidade, e fica essa situação um pouco desconfortável. A gente quer encontrar uma solução e estabelecer algumas metas.

Como esse PDE poderia se reestruturar? Eu vejo uma fragilidade dele porque essa ideia de PDE é algo recente, vem da Constituição, o Estatuto da Cidade o especificou; e como é feito a cada 10 anos, não temos tanta experiência assim. Por isso observo que ele acaba

seguindo muito o Estatuto da Cidade. Acho que precisamos nesse momento se desvencilhar um pouco dele, dar um passo adiante.

Qual seria a sugestão específica? Além de trazer o mínimo exigido pelo Estatuto da Cidade, todos esses instrumentos já demonstrados nesta audiência pública, ele deveria trazer uma quantidade de metas a serem cumpridas, para que possamos saber aonde queremos chegar, até para que fique mais claro aonde se pretende chegar daqui a 10 anos, como se fosse um modelo de cidade idealizada.

Dou como exemplo um Plano Nacional de Educação, que também é decenal. Ele não é uma reprodução da LDB, mas traz metas a serem atingidas para que, depois de 10 anos, possamos ver se conseguimos atingir as metas e se conseguirmos evoluir, ou não. Assim como existe a LDB em relação ao Plano Nacional de Educação, nós poderíamos ter o Estatuto da Cidade relacionado ao PDE.

Que não seja apenas uma regulamentação do Estatuto da Cidade, mas que traga metas a serem cumpridas. Então fica como seleção de modelo um PNE.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra a Sra. Lucila Lacrete.

A SRA. LUCILA LACRETA – Bom dia a todos. represento o Movimento Defesa São Paulo que é uma entidade que congrega inúmeras associações de moradores e que tem 20 anos. Gostaria de fazer um agradecimento especial aos rapazes que estão lá no fundo trabalhando no computador.

A questão da proposta do adensamento dos eixos de estruturação urbana ao longo de toda Cidade é polêmica e procuramos para entender o impacto que esses eixos trarão na nossa Cidade procuramos colocar isso em números. Esses dados que vou apresentar são todos oficiais e essa área de estruturação da transformação urbana procuramos quantificar qual era a área dentro do município que estaria sujeita ao adensamento de quatro vezes a área do terreno, lembrando que esse é o padrão da Av. Paulista. Todo mundo conhece bem os

edifícios altos da Paulista e o movimento que tem ali. Esse é o padrão que se pretende implantar com o agravante de que no térreo se houver comércio, serviço e fruição pública nesses novos edifícios essa área não é computável. Além das quatro vezes a área do terreno, temos uma área grátis no térreo.

Essa área de transformação que são os eixos são 165 milhões e 500 metros quadrados onde este adensamento é possível. Multiplicando isso por quatro teríamos 661 milhões de metros quadrados adicionais, uma parte já construída, outra não.

Esses eixos na proposta do Plano representam 10% da área do município onde está sendo proposto o adensamento. Atravessam áreas completamente distintas do ponto de vista urbanístico e ambiental. Só preservam as zonas exclusivamente residenciais em que pese que estas zonas não estão definidas nos mapas do Plano Diretor, como está no atual. A quem interessa isso na realidade? Todos os zoneamentos que foram feitos das subprefeituras que constam da Lei 13.885 são alterados substancialmente já que a proposta do Plano contém corredores de zoneamento que são esses eixos e que definem os coeficientes e eliminam os limites de estoque construtivos os quais, na prática, fazem o controle da construção da Cidade.

Esses 600 milhões de metros quadrados seriam razoáveis se tivessem travas, limites, estoques por região da Cidade, como acontece hoje no Plano Diretor. Existem limites de estoque para a construção de usos residenciais e não residenciais nos 96 distritos da Cidade, muitos dos quais, em minha opinião pessoal, já se esgotaram, graças a Deus.

O que acontece nesses eixos todos? Nessa área cinza está a área de estruturação e qualificação urbana, a área urbanizada da Cidade. Na parte verde, ao Norte, eixos que entram na Serra da Cantareira, região que tradicionalmente precisa ser protegida. Mas como vamos fazer um eixo com padrão de ocupação da Avenida Paulista cortando ao Norte aquele grande pedaço da Serra da Cantareira? A mesma coisa acontece entre o limite da parte cinza e da parte verde, onde está a linha de proteção dos mananciais, protegida por uma lei estadual que determina a ocupação dessa área Sul do território, que é o nosso fornecedor de água.

Nestas partes azuis que se sobrepõem ao verde teremos uma ocupação imensa, nunca vista em áreas justamente onde os controles dos usos e da ocupação deveriam ser totalmente controlados.

No azul mais claro, um detalhe da empresa de Guarapiranga. Em volta, os eixos de ocupação de coeficiente quatro vezes a área do terreno.

Quero chamar a atenção para este mapa já exposto aqui. A parte bordô é a área de reestruturação metropolitana, onde se pode construir quatro vezes a área do terreno, como previsto no Plano Diretor. Nesta área mais alaranjada, pode-se construir duas vezes a área do terreno, que consistiriam em edifícios de mais ou menos dez andares. Nesta outra área amarela, o coeficiente também é duas vezes a área do terreno.

Voltando ao quadro apresentado pelo Sr. Bruno, se analisarmos cuidadosamente os dados que estão aqui, esses 52 milhões de metros quadrados são a área bordô da Macroárea de Estruturação Metropolitana, que já tem uma ocupação de 40 milhões de metros quadrados, mas onde podem ser construídos 208 milhões de metros quadrados, ou seja, cinco vezes mais a área que já está construída. Descontando 208 milhões dos 40 milhões, temos 168 milhões de metros quadrados.

Assim, acho que temos uma visão do que são as marginais do Rio Tietê, do Rio Pinheiros e do Rio Tamandateí. Vamos imaginar que ali pode ser construído quatro vezes mais pelo Plano Diretor. Agora, onde estão os limites? Qual é a estrutura viária e de transporte? Alguém avisou a Sabesp e a Eletropaulo que será possível um adensamento tão brutal assim? O mesmo acontece com a parte laranja, que é a área de urbanização consolidada, cujos eixos passam por todos os nossos bairros e serão de uso muito intenso, como nunca vimos antes.

Essa área, então, tem 49 milhões de metros quadrados; 71 milhões estão construídos e ainda podem ser construídos mais 126 milhões.

Na área de vulnerabilidade urbana, justamente nas periferias, temos uma área de

30 milhões de metros quadrados; 14 milhões estão construídos, bem menos, e ainda podem ser construídos 109 milhões.

Somando tudo isso, temos, nada mais, nada menos, 493 milhões de metros quadrados possíveis de serem construídos nos eixos. Sem falar do resto do zoneamento.

Isso posto, senhores, pergunto que cidade é essa que se pretende planejar. Aqui está escrito que o novo Plano Diretor vai reorganizar a cidade de São Paulo. Não vai reorganizar, porque não há limite, não há projeto, não há previsão de futuro, não há infraestrutura adequada para se sustentar tantos metros quadrados assim.

Então, temos que prestar muita atenção a essa proposta. O que está escrito é o que traduzi. Acho que realmente temos que refletir, e a Câmara Municipal tem que ter bom senso, porque isso não levar ninguém para frente.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Muito obrigado, Lucila. Parabéns pela apresentação.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Não fique tão irritada comigo. Você nem me deu a chance de perguntar a ela se queria continuar. Você tem mais a dizer, Lucila?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Então, vou deixar você continuar.

A SRA. LUCILA LACRETA – O que temos aqui é o potencial de se construir 500 milhões de metros quadrados na cidade de São Paulo. Eu não sei se a cidade de São Paulo tem tudo isso construído. Provavelmente não. É notório e ninguém precisa ser especialista para entender que, ao construir, a construção vai gerar uma demanda de infraestrutura viária, de transportes, de água, de esgoto, de educação, de serviços públicos de uma maneira geral.

Então, não é possível fazer um Plano Diretor sem que isso esteja equacionado previamente. Como falou o professor da Faculdade de Direito, tem que haver as metas e tudo

tem que estar muito claro, porque o risco de se perder a Cidade com essa proposta é incomensurável. Não dá para ter um Plano Diretor sem trava, sem amarra, sem ter o projeto específico numa escala pelo menos de distrito, porque temos 32 subprefeituras e 96 distritos, que representam uma escala menor de planejamento.

O ideal seria termos planos de bairro, mas há um entrave complicado: os bairros não estão delimitados oficialmente, ou seja, não há uma lei que define qual o limite de cada bairro. Passaríamos, então, a ter planos de distritos que estão perfeitamente definidos na lei. Assim, poderíamos dizer que cabe mais habitação, que cabe mais uso de comércio e serviço. Inclusive, há algo muito importante: esses 500 milhões de metros quadrados que estão sendo previstos não têm a previsão equivalente de dotação de área verde.

São Paulo é uma cidade que é uma ilha urbana de calor. Todo mundo sabe disso. Há anos que se estudam essas ilhas de calor nas cidades. São Paulo tem uma lei interessante de mudanças climáticas, às quais não estamos prevendo. Qual será esse modelo de verticalização que se pretende? Que os térreos sejam usufruídos pela comunidade com comércio e serviço? A tal da fachada ativa? Mas não estão previstos recuos.

A Avenida Francisco Morato, que está localizada na nossa região, é praticamente horizontal. Vamos ter um paredão do começo ao fim de 50 metros de altura, formando um muro de Berlim a cortar e impedir ventos, insolação, etc? Temos que definir claramente o modelo de adensamento planejadamente dentro do bairro e dotando a contrapartida ambiental necessária.

A questão ambiental, a questão das mudanças climáticas, a questão das águas subterrâneas têm que ser prévias.

- A oradora passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

A SRA. LUCILA LACRETA – Por exemplo, toda essa parte bordô, justamente a área de reestruturação metropolitana, está em área de várzea. São os terrenos mais vulneráveis da cidade de São Paulo, exceto aqueles que estão na periferia, que são áreas de risco onde a população mais carente ocupou e todo ano tem os desabamentos corriqueiros.

Quase toda essa área de estruturação metropolitana encontra-se em área de várzea. Ali que vamos verticalizar? Como será essa verticalização?

Tivemos o triste exemplo da Operação Urbana Água Branca, que foi aprovada há pouco menos de um mês, discutida por quase dois anos pela comunidade o que seria o projeto. Mas em uma semana a Prefeitura mandou outro projeto que ninguém conhecia, com índices totalmente diferentes, que foi aprovado a toque de caixa.

O Plano Diretor será assim também? Inclusive ele foi publicado ontem tanto no jornal *O Estado de S.Paulo* como no jornal *Folha de S.Paulo*, nos cadernos do setor imobiliário. Pelo que se sabe, ele está aprovado.

Então, senhoras e senhores, nós, que estamos presentes e participando porque nos interessamos pela nossa cidade, temos que convencer os Srs. Vereadores a reverem essa proposta, porque não vamos caminhar com ela.

Era o que eu tinha a dizer por enquanto. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado, Lucila. Eu diria que você precisa ajudar os Vereadores a convencerem o Executivo a mudar as coisas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra a Sra. Marcia Vairoletti, da Frente de Moradores e Entidades.

A SRA. MARCIA VAIOLETTI – Bom dia. Vou ocupar três minutos a mais, referentes ao tempo que o Airton, meu colega do Cades Butantã me cedeu. Vereador Nabil, o senhor percebeu que aquela carta que o senhor não me respondeu sobre o tempo de as entidades para falarem – a qual eu gostaria de ter passado para todos os representantes do CADES -, para nós cedermos os minutos, para que a pessoa não fosse interrompida e apresentasse informações relevantes para as pessoas que estão aqui, é importante. Eu não recebi a sua carta.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Deixa eu falar, Márcia: pode não ter recebido a carta, mas a sugestão foi acatada, quando aqui a do Defenda São Paulo, somando

os tempos e aceitando a sua sugestão.

A SRA. MÁRCIA – Sim, mas eu havia pedido ao Vereador que fosse formalizado porque muitas das pessoas que estão aqui não sabem que podem ceder os seus tempos, e era isso que a gente estava querendo ter: oficializar que eu posso solicitar para qualquer pessoa e ela ceder para que eles falem. Fico aguardando isso porque, na segunda-feira, tem a reunião do Butantã, e se não tiver isso, teremos novamente a interrupção das falas e, às vezes, o raciocínio fica truncado porque a pessoa para de falar.

A minha expectativa aqui para esta audiência é que eu tivesse essa lógica de proposta que está sendo feita aqui decupada para a nossa região centro-oeste. Eu queria saber o que é o eixo estrutural, quais são os pedacinhos bordô, cor de rosa, seja lá o que for. Nós não temos isso. A gente fica falando em cores, não sabe o tamanho, o espaço e o que significa, e a apresentação que está sendo feita - esta é a quarta de que eu participo – de temática, ela muda o apresentador, mas não muda a forma de apresentar, você continua não sabendo do que se está tratando.

O vício que foi feito nas oficinas para discussão do PDL nas regionais, aquelas oficinas todas para a elaboração deste texto que está aqui. Aliás, que não tem nada a ver com o que nós discutimos, continua sendo apresentado da mesma forma. Você não sabe o que é área de abrangência.

Para o pessoal do Butantã, que estou representando aqui, esse plano diretor, com essas cores todas que estão sendo feitas, o eixo estrutural – como a Lucila citou – da Avenida Francisco Morato demonstra claramente que eles desconhecem o que é aquela avenida. As áreas verdes que estão aqui contempladas, essas manchinhas, nós temos, no plano diretor, na última página, o Butantã foi contemplado com 13 parques lineares. O Secretário já nos disse que não tem dinheiro e que isso não vai ser implantado. Fica no papel. Agora, está muito claro para nós que muitos desses parques lineares estão sendo concedidos para a especulação imobiliária. Então, serão canalizados esses córregos, que são importantes para o verde daquela região, pois toda a parte hídrica está desaparecendo. Não existe isso que está no plano diretor.

Nós continuamos a trabalhar no escuro. Nós não temos informações claras. O que a Lucila apresentou aqui é um item do que a gente vai ter de construção, que é isso que interessa apresentar para a cidade. Agora, aonde? Na Avenida Francisco Morato, se falar em construir residências? Não tem terrenos. Nós temos uma média de 10 agências de

automóveis. Desconhece-se a cidade. Então, a minha expectativa aqui hoje era que me apresentasse o Butantã, Pinheiros, o que temos de eixos estruturais, de terrenos de áreas de parques e como podemos interferir para que isso seja efetivado. Mas isso não está acontecendo, e nós continuamos no escuro.

Não há comparativo do que debatemos na primeira etapa, não há informação do que foi apresentado no primeiro encarte, e é totalmente diferente do que está sendo apresentado aqui no segundo encarte. O PL 688, não é uma cidade que nós já discutimos ou temos conhecimento de que cidade é essa. Para a região do Butantã na parte estrutural, mobilidade ambiental e urbanística, esse Plano Diretor, é devastador. Acabou a região em todos os sentidos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra Sr. Antônio Nilton, da União dos Moradores Jardim Monte Kamel.

O SR. ANTÔNIO NILTON – Bom dia a todos. Vou fugir um pouco do assunto. minha questão aqui é mobilidade. No Butantã e Campo Limpo, tem uma população maior do que Porto Alegre, e todas aquelas pessoas que precisam de Hospital, que não tem. Temos um no Campo Limpo e todas aquelas pessoas de idade como, tem de sair, pegar esses ônibus sem a menor condição. A Cidade tem um hospital para nós agora. Temos a USP, e lá não atende a população do Butantã, Hospital das Clínicas, dividido em duas portas, também não atende. Não temos um hospital. Gostaria que a Câmara e o próprio Legislativo, se desempenhassem, porque é totalmente abandonada a saúde no Butantã. Todo esse tempo em que milito essa área, nunca vi um abandono como está atualmente. Algo fora do comum. As UBS, inventaram uma salada de siglas: UPA, AMPA, Médico de família, médico de mulher, de criança e não atende ninguém. Essa é a verdade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra o Sr. Tofik Atar, da organização cultural em defesa da cidadania.

O SR. TOFIK ATAR – Bom dia a todos. Primeiro fiquei surpreso ao receber isso aqui, plano diretor estratégico, com aspectos mais culturais, nada sobre Plano Diretor Estratégico. Alguma explicação, algum plano? Nada. Falta o Secretário da Cultura, para

entender. Outro ponto, reorganizar, não! Organizar, porque não tem a mínima organização. Outro ponto que tem de ser bem claro: Plano Diretor, supõe planejamento. Primeiro planejamento humano. O que assistimos? A cidade evolui, às pessoas tem de migrar para onde puderem. Sem planejamento, sem saber onde vai, sem saber o que fazer, sem saber qual escola, sem saber nada. Plano diretor estratégico, em 92 teve um seminário organizado pelos franceses aqui em São Paulo e nosso engenheiro, não sou da área, mas todos eles falam em longo, médio, prazo. E assim por diante. Perguntei para eles no momento: “Ai, gente explica o que é curto prazo, para os franceses, já que todos gostam de coisa francesa, parece que está na moda. Pelo menos o Plano Diretor, poderia estar na moda francesa também. O que eles explicaram: curto prazo, para os franceses, de cinco a oito anos. Plateia ficou assustada. Médio prazo, 10 a 15 anos. Não sei se está certo ou errado. Mas eles colocaram nesse ponto e longo prazo, 30 anos. Temos algo similar aqui no Brasil? Nosso amigo acabou de falar que estamos defasados em apenas dez anos. Seria o médio prazo Frances. Vemos mapas, maquetes, não sabe para onde vai a cidade. querem fazer a ciclovia Eliseu de Almeida, cadê os mapas, cadê as maquetes? Vamos discutir publicamente. O que está sendo feito? Repara bem. o que queremos considerar o lado humano primeiro, vamos discutir, não faça sem consultar as pessoas que moram no local. Elas ajudarão a construir o local. Elas tem de saber primeiro para onde vão. E se querem ficar, deixa a opção de ficar. Elas não tem culpa se o progresso chegou até lá e de repente o terreno vale bilhões. Ninguém tem culpa nisso.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra o Sr. Paulo Mair Sequeira.

O SR. PAULO MAIR SEQUEIRA – Minhas considerações são sobre um ponto específico da cidade. A respeito daquela rua onde eu nasci. Rua Jacarezinho, próximo a Gabriel Monteiro das Silva. Ali está cercado de todos lados. Um lado o Shopping Iguatemi, outro lado a Marginal, Faria Lima, e agora virou um verdadeiro pombal de condomínios, onde havia uma casa, duas casas, juntaram e fizeram dez casas. No entanto, paradoxalmente, ali

continua zona estritamente residencial. Eu não reivindico, não quero que possa construir prédios de 10 andares, nada disso, ou de cinco andares, mas acredito que ali deveria ser permitido locação para escritório, para outro tipo de uso, e não uma zona estritamente residencial. Além disso é a única rua que não é permitido. Tornou-se um verdadeiro pombal de condomínio.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – A Gabriel daquele lado já não é...?

O SR. PAULO MAIR SERQUEIRA – A Gabriel, mas essa Jacarezinho, não é.

A Jacarezinho residência.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - É residencial lá. Queria até avisar que a TV Câmara está transmitindo ao vivo esta audiência.

R - Legal.

P - Desculpe.

R - É estritamente residencial, e não faz sentido, porque...

P - Não, mas autorizaram condomínios residenciais lá.

R - Exato, condomínios residenciais.

P - Não comerciais.

R - Isso que estou falando. Mas acho que deveria também pensar...

P - Ah, sem dúvida.

R - Em comércio ali.

- Manifestação fora do microfone.

P - É, de ter misto, não é?, comércio local, eventualmente.

R - Exato. Porque não faz o menor sentido. Há casas ali, grandes, entendeu?

P - Entendi.

R - E que estão deterioradas inclusive, certo? Então, o que eu queria era a seguinte, que pensassem em dar outro ali: além de residencial, eventualmente comercial, para bancos,

para escritórios, para consultórios.

P - OK. Está bom?

R - Ok. Muito obrigado. (Palmas)

P - Está ótimo, Sr. Paulo Cerqueira. Muito obrigado.

Sra. Sylvia Carvalho; e, em seguida, Paulo Casagrande.

A SRA. SILVIA CARVALHO - OK. Na verdade, gostaria só de reforçar. O que me trouxe que foi, mas não menos, parecido com o que esse moço falou, mas aqui não é o lugar para isso. Então, o que eu queria colocar é o seguinte, que nada disso vai poder acontecer se não tivermos a cultura de participação da cidadania. Estamos engatinhando. Então, são duas coisas. Primeiro, acho que precisava haver, na escola, desde pequeno, as crianças para planejarem seus bairros, planejar sua cidade, sem que fique só para constar, mas que realmente haja o retorno e a criança saber que aquilo que ela vai fazer vai dar retorno para ela, para poder ter a cultura de reorganização. Isso porque, como disse o moço aqui, que veio antes...

P - Paulo.

R - Antes dele.

Por exemplo, a Sabesp vai e quebra um buraco para consertar. Daí, fecha e tal. Dali a pouco vem a Eletropaulo e quebra, no mesmo lugar, e tal. Por quê? (Palmas)

Porque não tem planejamento. Esse planejamento é tão absurdo, são absurdas as coisas que acontecem nesta Cidade, que não se conversa entre os Poderes, nossa conversa entre quem vai efetivar. Então, essa conversa tem de ser fundamental. E só sendo, como disse aquela outra moça cujo nome não me lembro, que se tenha realmente uma descentralização, onde a Subprefeitura... Que ela não atende ninguém, assim, a mim não atende, a gente não sabe o que vai acontecer, como vai acontecer. Então, a divulgação, o próprio Plano Diretor começou a aparecer na televisão vem depois que já havia começado.

Então, não sabemos a quem nos dirigir, como nos dirigir, nós sabemos. Ou através

de jornaizinhos do bairro, sabe?, panfletos para jogar nas casas. Recebemos tanto papel à toa, mas que realmente saibamos como procurar. Isso porque, principalmente o pessoal de baixa renda, o pessoal que trabalha demais, ele não sabe aonde se dirigir, não sabe que pode participar e que ele vai ser ouvido. Quer dizer, se vai ser ouvido, temos dúvida, mas... (palmas) a partir do momento que mais pessoas vão participando, só aí vamos ter o poder para mudar tudo isso que está sendo proposto aqui. Quanto mais gente, melhor. Não adianta uma platéia... Isso aqui tinha de estar lotado com todo mudo sentado na escada, tinha de ser assim.

E só começando das crianças e tendo divulgação - que não a divulgação - é que vamos conseguir mudar essa história. (Palmas)

P - Está ótimo. Muito obrigado.

Mas, de divulgação, vou queria dizer que tentamos, porque até na televisão canal aberto fez publicidade de audiência pública, etc., rádio, TV, telemarketing, enfim, porque é importante envolver as pessoas ao máximo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem sim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Não. No poste não pode por e em faixa não pode por, mas no rádio, no Metrô, na TV Metrô tem.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – O que ela está dizendo está certo, o brasileiro infelizmente não tem a cultura porque está acostumado à ideia de que o Poder Público não ouve, então acabou desanimando. O fundamental é reanimar as pessoas para participarem, porque só assim conseguimos fazer as alterações.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Pois é. É importante o que a senhora falou porque a participação é o que move o Poder Público, quer dizer, a pressão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Haverão as audiências públicas que acho ainda mais importante e eficaz das subprefeituras específicas de cada uma dessas reuniões.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Temos de fazer mais, mas para terem uma ideia, nem o subprefeito está aqui, por exemplo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Claro que tem de estar aqui. Eu também fico impressionado porque no feriado eu e o Vereador Nabil fizemos audiência pública, no sábado e domingo, e tem gente que vai. Agora o que precisamos é ampliar mais porque só a pressão das pessoas é que move o Poder Público. Só se consegue mudar as coisas se o Poder Público sentir pressão, senão não consegue.

Tem a palavra o Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Apenas um comentário. Está se ouvindo cada vez mais e está se construindo cada vez mais juntos com a sociedade. A recente lei aprovada da Operação Urbana Água Branca que ficou em audiência pública por quase cinco meses, foram 15 ou 16 audiências públicas, a grande parte do texto que chegou a quase 80 artigos, foram conquistas que vieram da sociedade.

Aquilo que o Presidente Andrea foi, ao longo do tempo, conduzindo junto com o pessoal e a Comissão de Política Urbana trouxeram um grande avanço numa operação completamente diferente de todas as outras da história das operações urbanas que aprovamos em São Paulo. Em que pese não ter atendido 100%, mas a grande maioria, principalmente, os avanços sociais foram construídos partindo das audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – O lado importante é que o Executivo foi percebendo conforme íamos falando, tanto o Vereador Nabil que é do Partido do Governo,

eu sou oposição, o Vereador Paulo é da base, quer dizer, é mais independente, mostramos para o Executivo: espera mais um pouco porque a discussão está indo bem.

Então quando o Executivo percebe que há questionamento, pressão e que as pessoas estão participando a tendência é sempre ceder.

Tem a palavra o Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Quero ressaltar, sobre essa questão de divulgação, acho que nunca houve um processo participativo que eu tenha acompanhado na Câmara que tenha tido tanta divulgação como esse. Está sendo divulgado em TV aberta, em rádio. Se você passar nas bancas de jornal e ler nas placas, que não deveriam existir, mas que existem, há divulgação. Tem também no metrô. Então, está sendo divulgado. Quando vocês falam aqui, vocês estão sendo vistos na televisão. A TV Câmara tem certa restrição, não tem grande audiência, mas é o canal que temos. Muitos não estão, mas estão assistindo a audiência pública. Não serão todas as 45, mas algumas delas estão sendo transmitidas.

Na audiência pública sobre Habitação, estiveram aqui mais de duas mil pessoas, e eu sei, mobiliza muita gente. Mas chamo a atenção que vocês estão sendo ouvidos, tudo está sendo registrado. Agora, ser atendido é o resultado final do processo. Por exemplo, a pressão do movimento de moradia é por mais ZEIS, por mais ocupação do espaço. Na zona Sul há menos preocupação com o meio ambiente, são moradores em áreas de mananciais. Se há audiência sobre o meio ambiente as pessoas querem defender o meio ambiente, querem restringir o acesso. Tudo isso porque uma cidade do tamanho de São Paulo é complexa, é difícil. O nosso trabalho é tentar encontrar um denominador comum para dar um futuro para a cidade.

Vocês vão ser ouvidos, com certeza. Por exemplo, as questões trazidas pela Lucila, estamos analisando eixo a eixo para entender o que é cada um deles, e como podem ser modificados. Depois falaremos sobre o tema.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Não há dúvida. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Não, não há. Posso lhe dizer? Acabei de aprovar uma lei, em duas votações, para resolver o problema de poda de árvore, que é um dos grandes pesadelos da cidade de São Paulo. Inacreditável! Mas é uma coisa de planejamento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Vamos tocar pra frente... Se formos discutir um problema, há problemas que não acabam mais.

Chamo agora o Sr. Paulo Casagrande.

O SR. PAULO CASAGRANDE – Já estou aqui. Estou assistindo a palestra dos Vereadores, parabéns, já estive aqui outras vezes. Quero agradecer os colegas presentes, e grande parte não conheço.

Sou comerciante no bairro de Pinheiros, tenho uma casa de moqueca na Fradique Coutinho, aonde vai ser a nova estação.

Sou bacharel em Turismo, tenho dois anos de faculdade de economia e, por brincadeira, admiro muito o médico Dráuzio Varela, mas não sou da família dele, sei muito bem que me pareço com ele. (Risos)

Queria citar a modalidade transporte sobre trilhos, um detalhe não foi citado, é preciso reativar o que começou há 150 anos, o transporte de passageiro de carga da linha leste-oeste, linha Santos-Jundiaí, feita em 1860. Nesse ano foi construída a Vila Ferroviária de Paranapiacaba. Ali tem uma infraestrutura que, na época, 1860, havia ruas, ruelas, bulevar, até um campo de futebol em que jogava o Charles Muller. Era melhor do que São Paulo na época, que era o Pátio do Colégio, e até que a capital, que era o Rio de Janeiro. E não aprendemos. Então, temos esse problema de infraestrutura, que não é de agora. Herdamos isso da Europa latina. Nosso Vereador descendente de italiano, como eu – que sou Casagrande -, sabe muito

bem disso. Quem vai para Inglaterra sabe que lá a infraestrutura é diferente. Quem vai fazer um curso de inglês lá, se não pagar a moradia, é retirado na semana seguinte.

Sobre o transporte, a sugestão é reativar esse trajeto de Santos a Jundiaí. Haverá uma ligação de Jundiaí, que é região Oeste, até a Baixada Santista, para evitar engarrafamento nos feriados. Não adianta fazer mais estradas, mas investir no transporte público. Inclusive, aquele ramal que vai de Santos até a Baixada Santista, que tem 2 milhões mais ou menos, chega a quase 10 milhões na época de férias. Há todos aqueles trilhos beirando, até Peruíbe, desativados. Não precisa investir tanto para que aquilo volte a funcionar. Façam estações simples, e que voltem a funcionar para o futuro.

Sobre moradias. No dia em que houve uma placa do tipo “Aluga-se imóvel comercial, residencial sem fiador”, todo mundo vai gostar? Por que exige fiador? Porque se o inquilino não pagar, outro terá que pagar. Isso em toda a América Latina – herança da Europa latina -, porque a justiça tem o dispositivo para tirar a pessoa no mesmo dia, mas não tira. Tive até uma ideia, que enviei para ministros da área: pega a lei que já existe, sorteia os últimos processos e despeja quem não paga, desaloja essas pessoas, leva a família para morar em um abrigo público – como países fazem – e leva os móveis para o guarda-móveis particular. Aqueles que não estão pagando vão tentar acertar. Uma estatística da Prefeitura, de 15 anos atrás, que diz que 53% das famílias de São Paulo moram em favelas, cortiços e galpões, e está aumentando.

É uma ideia simples. Todos ajudem e mandem seus sugestões. A lei é federal, mas o “abacaxi” fica na mão das prefeituras. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Sr. Luiz Henrique Coracci (?). (Pausa)
Não está presente. Sr. Nilson Farias de Oliveira.

O SR. NILSON FARIAS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Parabéns aos senhores por mais uma audiência pública. Pelo que percebo, os educadores da USP já falaram sobre os antigos problemas. Vereador Andrea, eu sou brasileiro. Pelo que estou percebendo, o conflito é

antigo. Como a colega falou, é necessário, sim, investir em educação. É uma questão seríssima. Parece brincadeira. Vejo descaso dos cidadãos. Apesar de haver classes sociais, somos todos iguais. Acredito na união dos cidadãos. Passamos por um conflito social sério.

Parabéns a todos vocês, continuem se comunicando e reivindicando as demandas de suas ruas, de seus bairros. Há um total descaso com o transporte. Somos seres humanos! Até quando vamos continuar assim? Temos 514 anos, temos avanços, temos internet.

Por incrível que pareça, vejo descaso em todos os setores. Manda quem pode e obedece quem tem juízo, é o que parece. Estamos ainda nessa época? Não podemos mais reivindicar? Nos manifestar? Temos as respostas, somos obrigados... O colega da USP citou os estatutos de determinada cidadania, determinado local. Até quando vamos continuar assim? Os idosos: fizeram tudo por nós, e somos obrigados a tentar fazer. Nossas crianças... A periferia é precária.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Sr. Gerônimo Henrique Neto, da Associação Jardim Edith. Depois, Sra. Samantha Mester.

O SR. GERÔNIO HENRIQUE NETO – Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Mesa, Vereador Andrea Matarazzo, o Vereador Nabil Bonduki, o Vereador Paulo Frange, o Fernando e todos os demais presentes.

Uma parte de nós paulistanos não acredita mais no Plano Diretor. Se acreditássemos, hoje este auditório estaria lotado, e não com tão pouca gente para discutir um assunto de tanta importância para a cidade de São Paulo.

O Executivo nos deu o direito de participar desta discussão sobre a cidade que queremos para os próximos dez anos. Eu, como representante dos moradores da cidade de São Paulo, da União dos Movimentos de Moradia e Conselho Gestor da Operação Urbana Água Espreada, tenho a seguinte dúvida sobre habitação: temos, na Água Espreada, 10 mil famílias para serem assentadas em moradia dentro da operação urbana 2001. Tenho também

uma inquietação em relação ao Plano Diretor 2002. Hoje há poucas unidades construídas naquele local. Precisamos de mais 10 mil unidades para assentamento de famílias.

Segundo esse Plano Diretor, há uma ZEIS dentro da Operação Urbana Água Espreada. Queremos que seja demarcado o mapa da zona de interesse social para que seja garantido o local da ZEIS 1 para o assentamento das famílias. Há 10 mil famílias, cerca de 40 mil moradores; mas, falta, além das moradias, uma unidade básica de saúde, uma creche *etc.* Esse Plano Diretor teria que prever esses equipamentos. Nabil, temos aquela região de 40 mil habitantes, mas não temos um campo de futebol para tirar o jovem da rua! Temos 16 favelas, mas esse pessoal não tem área de lazer. Então, esse Plano Diretor tem que dar essa oportunidade aos jovens para construirmos a Cidade do futuro, que são os jovens. Temos que pensar nos jovens, que são o futuro de São Paulo e o futuro do Brasil.

Para finalizar, tenho outra inquietação, e peço que o Vereador me ouça com atenção: a desigualdade que há na cidade de São Paulo, a diferença entre uma mansão no Jardim Paulista e uma residência no Parque Cocaia, ao lado da Represa Billings, com esgoto a céu aberto correndo justamente na água que tomamos. Que os Vereadores vejam com muita atenção as melhorias para a região Sul de São Paulo. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado, Sr. Gerônimo.

Tem a palavra a Sra. Samantha Mester.

A SRA. SAMANTHA MESTER – Boa tarde a todos. Sou judia. Aliás, eu ia citar que há muitos árabes hoje, e estou representando os judeus. Para vocês verem como a Cidade abriga a todos, o que é bom.

Fiquei muito feliz, pois quando chegou, às 10 horas, estava bem mais cheio do que eu imaginava. Eu achava que não iria haver ninguém. Isso mostra que há muito mais gente interessada do que somente eu. Fico aliviada por saber que há movimentos como Defenda São Paulo e outros, assim como todos os presentes, que querem o bem para São Paulo.

Estou à disposição para qualquer estudo que se faça necessário, pois sou

professora, dou aulas no Estado e na Penitenciária de Santana. Serei sincera: sou fã do Andrea Matarazzo porque, por mais que haja Vereadores, podemos pinçar dois ou três para que saia alguma coisa boa, pois ele, assim como a gente, está o tempo todo reclamando. Isso é um alívio.

Dou aulas para adolescentes e talvez isso transpareça no meu jeito de falar. Não falo tão bonito quanto tanta gente aqui, mas, mesmo assim, vou formalizar minhas demandas e depois mandar por escrito, disponibilizando inclusive nos meios de divulgação – porque gosto de fazer assim. Uso a imprensa para poder reclamar, e os jornais são muito aliados meus nesse ponto. Em “n” situações, usei os jornais e fui ouvido. Inclusive, conheci o Andrea Matarazzo *online*, quando ele era Subprefeito da Sé. Foi assim que eu o conheci e comecei a gostar dele, porque certa vez eu reclamei e ele me respondeu. Achei o máximo isso, pelo menos temos resposta. Então, o jornal funciona.

Há coisas muito pontuais, mas serei rápida. Eu havia escrito umas 2 demandas em um papel, que agora tem umas 50. Não vou falar tudo porque muita gente já abordou. Como sou educadora, acredito na educação. Tem que haver educação para as crianças. Esse ponto de cidadania é crucial para currículo. Sou formadora de currículo, faço currículo de escola; então, posso ajudar nessa questão de formação. Tem que ter, no currículo, algo sobre impostos. Ninguém fala sobre os impostos. No ensino médio tem que ser ensinado sobre os impostos, nas disciplinas de matemática e geografia. Sou da área de Matemática e ensinaria isso com o meu prazer porque isso seria um alívio para mim ensinar; precisamos ensinar os alunos sobre o que estamos pagando.

Eu era moradora da Faria Lima. O Paulo falou sobre comércio. Em relação à Rua Jacarezinho, chego a ter medo. Queria que fosse tomado cuidado com o que ele sugeriu, sobre o comércio local. Pode ser uma boa ideia, mas o local já está saturado de comércio. Quando eu morava na Faria Lima, era difícil chegar em casa por causa do trânsito. Então, temos que tomar cuidado. Gosto da ideia, mas com ressalvas. Vamos analisar com calma.

Há uma linha de ônibus na Faria Lima que eu amava, sempre amei: a Center Norte, que volta com o Jardim Paulo VI, 701-T. No ano passado, se não me engano, ela foi retirada de circulação, mas fazia uma ligação crucial pela Nove de Julho até a zona Norte, vindo pelo bairro da Faria Lima. Eu gostaria que essa linha voltasse. Fiquei muito revoltada quando estava na Rodoviária e descobri que essa linha não existia mais.

Falaram que o IPTU vai aumentar. Matematicamente falando, vocês me desculpem, mas esse IPTU não precisava ser aumentado. Explico. Com o horário de verão, instituído todo ano no Brasil, há uma economia na eletricidade de 4%, pelo que eu li nos jornais. Não sei se isso é fato, pois nunca calculei. Por que a economia dessa luz, esses 4% não são aplicados no IPTU que vence em janeiro todo ano? Será que não dava para fazer um balanceamento para poder equilibrar e, aí, ficar com o IPTU neutro? Ou melhor, não aumentar ainda abaixar? Será que não é uma boa ideia? Não estou sugerindo desvio de verba, mas uma reorganização dessas finanças.

O volume de ônibus em São Paulo é muito pequeno, na minha opinião. Quando vou pegar o corredor de ônibus na Rebouças, subindo às 7 horas, sentido do Mackenzie, e ele está lotado, não consigo pegar entrar em quatro ônibus seguidos; só vou entrar no quinto ônibus, também está fervilhando de gente dentro. Mas o corredor funciona, é ótimo. Em 20 minutos, estou no Mackenzie.

Mesmo assim, vou mandar minhas reclamações por escrito, porque gosto de fazer dessa forma. Agradeço este momento em que pude ser ouvida, para que todos me conheçam e saibam que estou na luta por uma cidade mais justa. Por isso estou na educação. Obrigada.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Parabéns, Samantha, muito obrigado.

Sr. Rui Alves Barreto, representando a Sociedade Amigos de Cidade Jardim.

O SR. RUI ALVES BARRETO – Cumprimento os membros da Mesa e todos os presentes. Quero falar a respeito da mobilidade urbana, tratada hoje por diversas vezes. Penso

que há necessidade de termos um plano mais detalhado a respeito do metrô. Sei que é uma obrigação do Estado, mas é uma obrigação também do Plano Diretor dizer ao Estado o que eles devem fazer, como fazer e o prazo para fazer. Temos que saber exatamente até para exigirmos. É crucial discutirmos essa questão do metrô.

Sobre a questão da participação popular, sobre os conselhos de participação, todos temos comparecido a todas as reuniões, debatido todos os problemas da Cidade. Em um de seus artigos, o Conselho dá poderes para modificar o que nós exaustivamente discutimos aqui. Acho que não é normal uma coisa dessas. Tivemos trabalho, discutimos, e o que dizemos é modificado, pura e simplesmente, por uma Comissão, cuja composição, a meu ver, teria que ser mais bem estudada, porque a maior parte dos cargos é ocupada por indicação política e, no entanto, é um Conselho que deveria, pelo próprio nome, ser popular.

Era isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado. O senhor se refere ao Conselho Comunitário, não é? Inclusive, mudaram a forma de eleição dos membros.

Tem a palavra a Sra. Cleide Napoleão. Depois, Mônica Prado Dantas.

A SRA. CLEIDE NAPOLEÃO - ... do conselho comunitário, que inclusive mudaram a forma de eleição, de como podia. Tem a palavra a Sra. Cleide Napoleão e depois Monica Prado Dantas.

A SRA. CLEIDE NAPOLEÃO – Bom dia. Quero primeiro agradecer pela oportunidade de estar aqui. Só estou aqui porque recebi um telefonema ontem da Câmara dos Vereadores, convidando para esta reunião. Só faltou dizer o horário, aí fui saber através de outras pessoas.

Gostaria que na reunião com a Subprefeitura de Pinheiros também fizessem o mesmo expediente de comunicação que foi muito bom, ser chamada. Acho que isso possibilitou de mais gente estar aqui hoje. Foi às 10h que recebi.

Primeira queria fazer uma fala sobre o prazo para a viabilização desse Plano

Diretor, que vocês esclareçam se vai ser de imediato, de longo prazo, como médio, como Tufik já colocou, sobre a questão desse prazo, que é importante a gente conhecer.

Em segundo lugar, por causa da minha formação, eu sou funcionária aposentada do Banco Central, eu gostaria que entendesse todo esse volume de edificações que o Plano Diretor prevê, que a representante do Movimento Defenda São Paulo disse que seria até incabível, e eu concordo, não está se ajustando ao fluxo de capitais externos que estão chegando no Brasil, principalmente nas megalópoles, a partir da crise econômico-financeira mundial de 2007, aquele que eclodiu em 2008 aos olhos de todos e essas grandes edificações, toda essa ocupação de metros quadrados, de verticalizar ainda mais a nossa cidade, as áreas que já estão muito adensada inclusive, se isso não está sendo feito para comportar toda essa transferência do dinheiro do exterior desses investidores que têm medo de colocar no banco seus dinheiros desde a crise bancária, e esse dinheiro está esvoaçando pelo mundo, está vindo para cá e não quero que isso enfeie nossa cidade e nem tire mais ainda a qualidade de vida da nossa cidade. Gostaria também que fosse considerado que cada ato de uma prefeitura, quando assenta um equipamento urbano, modifica a vida de todos aqueles cidadãos, que a questão humana fosse considerada em primeiro lugar. Por exemplo, uma pessoa na Martim Carrasco tinha uma charutaria há 20 anos, perdeu o ponto, não ganhou nada, ela tinha um ponto comercial valiosíssimo. A Prefeitura vai lá, tira aquilo, gratifica muito mal o proprietário do imóvel, o comerciante lá sentado sai com uma mão na frente e outra atrás, sem nenhuma espécie de indenização. Então o que está sendo feito aqui, especialmente em Pinheiros, eu sou moradora, nascida aqui em Pinheiros é uma destruição completa não só da cidade bonita que a gente tinha, como também da questão econômica dos seus comerciantes, além da questão de segurança que também está impactando todo o comércio. As pessoas estão evitando sair à noite para comer fora, um monte de coisas e isso está muito triste aqui. Que o Plano Diretor levasse em consideração essas decorrências. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra a Sra. Monica Prado.

(Pausa) Não está. Tem a palavra o Sr. Werner Adler.

O SR. WERNER ADLER - Depois, a Sra. Vilma Ferreira.

O SR. WERNER ADLER - Bom dia. Muito obrigado pela possibilidade de falar a vocês. Também queria agradecer ao nosso Presidente porque realmente em algumas ocasiões mandamos *e-mail* ao Andrea e ele respondeu e tomou as providências. Não estou fazendo campanha eleitoral, mas as providências foram tomadas. Meus parabéns.

Sou um comerciante em Pinheiros e queria relatar algumas coisas que estavam acontecendo em relação à operação urbana Faria Lima. Temos a Rua Paes Leme em que existem árvores no meio da rua há 6 meses e a rua está parcialmente interditada e as árvores não são retiradas. O que acontece? As árvores estão impedindo o trânsito e o transporte coletivo que passa naquela área. Existe ali um caso de desapropriação, pois a rua deveria ser alargada e não foi porque não existe um planejamento em termos de desapropriação e do que fazer para que a rua possa ser aproveitada. Espero que a Prefeitura tome as providências para retirar as árvores. Foram feitas obras na rua e depois disso aparece um engenheiro e diz que está em desacordo e tudo começa de novo, falta planejamento.

Temos a Rua Sumidouro, que foi feita e está sendo refeita. Estamos gastando dinheiro desnecessariamente por falta de planejamento. Precisa planejar. É um absurdo o que está acontecendo.

Temos o Largo da Batata que foi revitalizado, colocando uma praça enorme para que haja manifestações, não tem nada ali para que as pessoas possam usufruir daquele local que existe ali. Além do que gostaria de saber como fica a questão da operação urbana em termos da localização ao lado do metrô e da estação rodoviária, que é um excelente local, e que também da Operação Urbana não foi dito com seria utilizadas aquelas áreas porque ficou dependendo, gostaria que fosse providenciado.

A SRA. VILMA FERREIRA – Boa tarde a todos. Gostaria de falar sobre a cultura de participação. Na semana passada tentei falar com a Prefeitura, liguei 15 vezes e passei por

15 pessoas diferentes. Queria saber porque é tão difícil se comunicar com a Prefeitura de São Paulo por telefone? A minha sugestão é que se tenha um programa para melhorar a comunicação e aproximar o cidadão.

Queria saber se o novo Plano Diretor contempla essa preocupação com o idoso porque as pesquisas apontam que haverá um número grande de idosos no futuro e se há uma preocupação com a mobilidade especificamente para o idoso. Assim como houve essa preocupação com o deficiente, existe essa preocupação com a mobilidade dos idosos, saudável ou não?

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – A preocupação com a pessoa com deficiência está hoje quase transversalmente em todo Plano e a questão do idoso também está sendo levada em conta por conta do envelhecimento da população. Os Vereadores legislam em causa própria, pois ficarão velhos.

Tem a palavra o Sr. Roberto Veloso.

O SR. ROBERTO VELOSO – Em 1970 trabalhei na Prodesp, fui um dos responsáveis pela criação do cadastro de veículos do Estado de São Paulo, contratado pelo Detran. Quando o cadastro rodou pela primeira vez no início de abril, o estado todo tinha registrado veículos rodoviários, veículos de passageiros, ônibus, caminhões, etc. e eram 1,6 milhões de veículos registrados, 600 mil na capital. Hoje só a capital com pelo menos 10 vezes isso, considerando que a Grande São Paulo tinham 150 a 200 mil, hoje tem talvez a mesma quantidade de São Paulo, que ainda tem veículos rodando alugados com placas do Paraná e de Minas.

A mobilidade está representada pela quantidade de veículos, mas é sacrificada quando o Governo Federal transforma a indústria brasileira que era multifacetada em montadora de veículos, com vantagens para que entrem. São Paulo é o que absorve a maior quantidade.

Com relação à mobilidade quando se fala do cidadão, acho que os caminhos que a

Prefeitura está adotando são corretos, mas a Prefeitura também normalizou o transporte de cargas e para essa atividade, não tomou nenhuma providência objetiva porque um caminhão grande que entrava em São Paulo, antes dessa padronização, passava o dia distribuindo mercadoria em São Paulo, não tinha que voltar à base dele para pega mais mercadoria.

Hoje, existem até submúltiplos de veículos, desde um veículo tipo uma Fiorino ou uma Pampa, até o veículo Furgão, que é de passageiro ou é carga, e Caminhão Vuc que é o outro que tem licença e seguramente serão precisas 50 Fiorino para trazer o que o caminhão grande faria. Se for um Furgão, serão precisos 10 e se for um Vuc, talvez, serão precisos meia dúzia. Se cada entregadora de mercadoria for fazer o movimento de um caminhão, de manhã saíra do rodoanel, que é uma distância grande, atravessará a Cidade inteira – até fala-se aqui da região da Água Espraiada – para fazer uma entrega no outro extremo da Cidade.

Temos de ter em São Paulo uma reserva de galpões regionalizados e talvez até um controle mais localizado dos veículos habilitados a andar, evitando até o rodízio desses veículos. Um investimento menor, 20% da frota que distribui está parada. Se nós controlarmos quem está em circulação numa determinada área teremos um controle e uma fluidez maior nesse serviço.

Era essa a contribuição que queria trazer, acho que não está contemplada e creio que poderá melhorar muito as condições.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra o Sr. Tom.

O SR. TOM – Boa noite. Sou o Tom, Conselheiro eleito de (ininteligível) Pinheiros, quero agradecer mais uma vez o nosso Vereador, porque me deu a palavra. Cheguei tarde porque todo o sábado tenho de varrer a minha rua inteira por causa da balada de sexta-feira à noite.

O Vereador Andrea Matarazzo é um dos poucos Vereadores que se preocupam sobre ruídos. Se vir esse rapaz de boné aqui, ele está no Beco do Batman. Em festas de final

de semana atrapalha os vizinhos porque é uma área estritamente residencial. Surgiram comércios e quase todos os comércios na Vila Madalena são bares com música ao vivo. E têm idosos com 60, 70 anos, com problemas de saúde, que não conseguem dormir e nem assistir TV à tarde em função disso.

Então essa falta de controle social foi completamente ignorada no plano diretor. Não nos foi permitido colocar nem comentários e foi questionado dizendo que não era assunto urbanístico e que depois vamos poder tratar nos planos de bairro. Vamos ter Conselho de bairro, a eleição será daqui uma semana e quase ninguém sabe quem são os candidatos, onde vamos votar. Há pessoas do Alto da Lapa que tem de ir lá votar, pessoas que estão do outro lado do rio.

Então como estamos sendo representados aqui, como é o elo com a comunidade. Eu sou do Cades Pinheiros e uma das funções do Cades Pinheiros é de tratar com o plano diretor, (ininteligível) 15 minutos, basicamente decidimos que não éramos qualificados para conversar sobre isso, a Prefeitura não dispõe recurso para nós. Não tem nem representante nas reuniões. Se vai alguém da Prefeitura é muita sorte, se a gente faz um ofício não retorna. Não tem participação social aqui meus amigos. Desculpem. Não é porque sou inglês que acho que não funciona, porque acho que todo mundo aqui vai concordar.

Gostaria muito de me candidatar para o Conselho Participativo, mas fui proibido porque sou estrangeiro. Moro há 14 anos no bairro, participo ativamente em todas as reuniões, então estamos atrapalhados aqui, pessoal. Desculpem se estou reclamando, mas não tivemos essa oportunidade. Eu me preocupo com o senhor que mora aqui no Beco de Batman, que eu moro longe daqui, eu consigo (ininteligível) da minha casa, consigo me defender, ainda tenho forças para isso, mas quem mora no bairro a vida inteira, construiu o bairro, não tem o direito de falar se ele quer uma casa de show ou não. Isso não entra no plano diretor? Onde entra?

Então espero que o Vereador Andrea consiga alguma coisa sobre o ruído, porque plenamente não fomos considerados no plano diretor. Os únicos que foram considerados no

plano diretor foram os elementos empreendedores. A força imobiliária na Cidade desenfreada, a gente vai ver as causas e as consequências que vamos ter nas próximas gerações. Excesso de trânsito, excesso de pessoas, não vai surgir moradia popular nos eixos e se for qual vai ser a qualidade de vida para quem mora nos eixos? Aquele uso misto, trânsito sem parar?

Está mal pensado isso tudo. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Anuncio a presença do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador José Américo. Por favor, venha fazer parte da Mesa. Obrigado pela presença. (Palmas)

Tem a palavra o Sr. João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO - Sou Conselheiro eleito de Saúde da Subprefeitura de Pinheiros. Agora de manhã estava na reunião de orçamento da Subprefeitura de Pinheiros, de lá vim para cá e, infelizmente, vemos que para a área social principalmente não tem verba. Não há dinheiro para construir UBS, albergues, creches, etc. O que percebo é que a outorga onerosa cobrada não reverte para a região e nem mesmo o CEPAC que foi cobrado na Operação Urbana Faria Lima e que tem 700 milhões de reais em caixa, não foi dado um centavo para equipamentos públicos. Não foi. A área do Baixo Pinheiros deveria ter uma unidade básica de saúde e não tem, nem para os moradores e muito menos para os trabalhadores.

A Sub Pinheiros tem 700 mil trabalhadores todos os dias. A Av. Paulista tem 1,5 milhão de pessoas que transitam e trabalham lá e não tem uma única unidade pública básica de saúde municipal. E o que se recolheu de outorga onerosa dá para construir várias e não foi construída nenhuma, nem creche para a mãe trabalhadora.

O que pedimos e foi aprovado em sala de aula na Uninove foi que as outorgas onerosas ficassem na região, no distrito para, primeiro, consertar os efeitos ambientais que causam, como alagamentos, enchentes, trânsito, etc., etc. Segundo, porque nesses prédios que são construídos, são pessoas que estão lá morando, trabalhando, pessoas que têm

sangue nas veias, que ficam doentes, que têm filhos. Essas pessoas precisam de Saúde, Educação, creche, tudo isso e em nenhum momento foi aplicado um único centavo do recolhimento desses impostos da venda do espaço aéreo para esses setores em nenhum momento. Isso foi aprovado em sala de aula, votado e tudo.

A questão dos planos específicos de transporte, saúde, educação não estão previstos. Em nenhum momento foram previstos os planos específicos, e Plano Diretor não é somente para construtora construir prédio, porque é preciso planejar a cidade como um todo, inclusive para as pessoas que moram ou trabalham. Afinal de contas, temos o poder do dedo. Ano que vem fazer “plim-plim-plim, plululu”. Vamos votar, não vamos? Então temos esse dedinho, e ele pode causar uma diferença enorme em tudo, principalmente para os nobres do Executivo e do Legislativo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. BRITO – Boa tarde a todos. Parabéns a todos pela presença. Sou da zona Norte e atuo lá, mas achei muito importante estar aqui hoje porque o que acontece no rio Pinheiros afeta quem está na zona Norte, quem ama e quem se preocupa com São Paulo. Então tem não região. Tudo é importante, porque está tudo muito interligado. E avalio que São Paulo é o maior problema de saúde pública do Brasil. (Palmas) Mais cedo ou mais tarde, vai cair a ficha de que nessa área tão pequena do país está o maior problema de saúde pública: são 20 milhões de pessoas vivendo em condições absolutamente insalubres.

Sendo assim, o Plano Diretor se assemelha muito a quase um compêndio de medicina. Vendo passarem os *slides*, vimos a complexidade. E o Plano Diretor é muito complexo porque pretende curar inúmeras doenças.

Infelizmente, vivemos num corpo totalmente adoecido, e temos esperança de que o Plano Diretor consiga curar desde a unha encravada até a cabeça desregulada de todos nós dessa cidade. É a esperança que temos. Temos de torcer por isso, e temos de trabalhar para reverter essa entropia em que São Paulo entrou. É o momento em que quanto pior está mais rapidamente vai ficando pior. É a realidade de uma metrópole vivendo no séc. XXI, num capitalismo selvagem como é o nosso, em que o poder imobiliário é tremendo e, como todo poder, se impõe às custas de quem não tem poder. Então é um momento muito complicado. Deus queira, e nós façamos acontecer, que o Plano Diretor consiga reverter essa tendência.

Fiquei muito decepcionado quando, em 12 de março, teve início a obra trecho norte

do Rodoanel – e é um pouco por isso que a zona Norte está aqui presente. Ali, para mim, foi o início da hecatombe ambiental da cidade. Vamos continuar lutando para que isso se reverta. Mas, com o início das obras do Rodoanel, uma megarródovia passando em cima da Serra da Cantareira, talvez não tenha mais saída para São Paulo. Mas vamos continuar lutando.

Foi mostrada no *slide* a questão das áreas verdes de São Paulo, que são, me permitam dizer, ridículas. O próprio mapa mostra que não existem praticamente áreas verdes. Mas eu localizei lá no alto os 12 parques de bordas que a Prefeitura tem DUPs colocados para proteger a Serra da Cantareira, exatamente onde o Rodoanel Norte está passando.

É um compromisso que eu quero que os Srs. Vereadores assumam, que a cidade assumam, que se cobre a concretização, a implantação desses 12 parques de borda na Serra da Cantareira, exatamente onde passa o Rodoanel Norte. São áreas particulares enormes que estão ainda intocadas, e que serão degradadas com a passagem do Rodoanel, fazendo com que estejam totalmente sujeitas a invasões. São áreas gigantescas. E São Paulo, que já está nessa linha descendente, pode encontrar um peso forte para afundar mais

Então, por favor, Vereador Nabil, que é da área, José Américo, que lutou por isso, Police Neto, que está sempre lá na zona Norte, Andrea e Paulo Frange, os 12 parques de borda da Serra da Cantareira têm de sair, e isso é importante para São Paulo inteira.

Obrigado.

A SRA. CLEIDE ANTUNES DE OLIVEIRA – Quero ressaltar que eu moro na esquina do metrô do Terminal Pinheiros e do trem.

Houve um problema, há mais de um ano e meio, com a minha casa, que foi abalada com obras que, segundo me disseram, pertencem à Eletropaulo, à Sabesp, à Vivo e à Comgas.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - De todos esses ou, a cada vez, diziam um desses?

A SRA. CLEIDE ANTUNES DE OLIVEIRA – De todos esses, porque é um consórcio. Inclusive a Construbase, que é uma construtora. Enfim, abalaram a estrutura da casa. Eu tenho 51 anos e ela foi comprada há 51 anos pela minha tia.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Novíssima a casa.

A SRA. CLEIDE ANTUNES DE OLIVEIRA – A casa não tinha problemas na estrutura; apenas alguns problemas, que eu e minha filha consertaríamos. E a minha filha foi para os Estados Unidos, então ela nem participou disso tudo. A casa quase caiu em cima de

mim e do meu filho, que entrou em profunda depressão. E daí tinha o poste, que quase caiu em cima da casa. E eu fui tratada por essa Construbase como indigente. Eu tenho dívidas... Perdi praticamente todos os móveis. A casa foi reconstruída, e eu não pude dar palpite em nada, porque a casa ficou na mão deles, com luz acesa dia e noite. Houve invasões na casa, e eu tenho como provar porque só nessa casa eu moro há 42 anos. Eu tenho quatro reais em minha conta corrente. Peguei dois advogados, que sumiram – estou até com uma notificação “em cima” de um advogado, e não tenho nem como comprar pãozinho. Podem acreditar que eu sou muito forte, porque há cinco anos e meio eu fui atropelada e eu fiquei 40 dias em coma, perdi todo o olfato e o paladar, mas estou aqui firme. Já engordei 13 quilos. Meu filho agora está voltando, morando lá no Sacomã com o meu ex-marido. São milhões de problemas. Então se eu for na Defensoria Pública eu vou ficar anos, vou ter que pedir esmola para poder me alimentar. E a minha casa já ofereceram 10 mil de aluguel, 300 mil de luva. Eu não vou alugar a casa, eu não vou vender a casa, eu quero a casa para eu morar com a minha família toda. O meu caso não é desesperador, porque eu sou reikiana, eu mandei muitos símbolos de reiki. Houve uma cratera do metrô, não abalou minha casa. E agora eu fui tratada por uma advogada que veio do Rio de Janeiro dizendo que ela é uma pessoa comum. Quem sou eu? Assim, eu não tenho dinheiro nem para comer, e aceito ajuda de todo mundo. Não vou poder ir à Defensoria Pública e esperar anos. Fui roubada. Inclusive o relógio do meu avô, um Tissot de ouro branco cravejado de joias. Quer dizer, fui roubada porque a peãozada que fez a mudança... Sabe, parei numa casa que era deslocada na mesma rua. O aluguel no meu nome. Então, quer dizer, tanta injustiça. E eu confio muito em justiça divina. Eu nem acreditei que eu vim aqui porque nem assisto TV porque nem a TV pega. Na casa onde eu moro... Gente, por favor, me ajudem. Por favor. Obrigada. (Palmas)

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEONIS KILOSSI (?) – Primeiro, gostaria de agradecer espaço. É a primeira assembleia a que eu venho, e espero que a primeira de muitas. E espero que tenha mais divulgação, porque foi a primeira vez que me ligaram, e sem dizer o horário. Então eu acho que tem que reforçar essa questão do horário.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Quanto ao horário, pode deixar, que corrigiremos a falha.

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEONIS KILOSSI (?) – Gostaria de fazer algumas críticas muito construtivas.

A primeira é que o novo Plano Diretor eu não sei do que se trata. Eu estava aqui e

eu não entendi. Eu espero que as próximas vezes tenha uma linguagem mais para leigos como eu, para o povão mesmo, para a população. (Palmas) Eu não posso falar sobre o Plano Diretor porque eu não entendi. Eu vou ter que chegar em casa, dar um *Google* e pesquisar.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Deixe-me fazer uma observação: tem obrigação legal de o Plano Diretor ser feito de uma forma de fato . E para nós, que não somos urbanistas e nem técnicos em legislação, é difícil. É preciso que seja feito numa linguagem mais acessível.

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEONIS KILOSSI (?) – Por favor. Eu gostaria de falar sobre ele, e eu não vou poder. Então eu vou falar de pontos específicos que atingem a mim e a muitas pessoas no dia a dia, e eu vou focar no transporte, na mobilidade.

Eu não entendo as modificações de linhas de ônibus que são feitas. Ninguém entende, porque eu pergunto no ônibus, e está todo mundo revoltado...

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Nem a senhora, nem ninguém e nem o secretário, provavelmente.

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEONIS KILOSSI (?) – Gente, como é que a gente vai pensar num Plano Diretor se a gente não consegue entender o plano no dia a dia.

Por exemplo, a Linha 477A-10, Sacomã-Ceagesp, se tornou Sacomã-Pinheiros. Ninguém entende. E eu pego ônibus onde agora é o ponto final, em Pinheiros. Ficam quatro carros parados esperando o terceiro sair. Quatro carros vazios. E ficamos 40 minutos no ponto de ônibus esperando o ônibus Ceasa, porque não aumentaram as linhas que vão para o Ceasa. Não dá para entender. E vem abarrotado, cheio de gente, 40 minutos. Eu gostaria de entender e gostaria que fosse resolvido. E estou dando só um exemplo, porque tenho certeza de que acontece isso em São Paulo inteira. Digo isso porque morei em Pirituba.

Outra coisa: eu poderia até para ir a pé – já voltei do Ceagesp até Pinheiros. Só que não tem segurança. Tem um monte de morador de rua. E isso é uma outra coisa: são pessoas que não têm casa. A meu ver, isso tem que ser discutido no Plano Diretor. São pessoas à margem da sociedade e que afetam diretamente a nossa segurança. Lá não é iluminado. Cadê aquela faixa onde as pessoas fazem *cooper* ali no Parque Villa-Lobos? Por que não vai até a ponte, até o Ceagesp? Por que não tem iluminação ali? É muito perigoso. Eu não consigo ir de bicicleta.

E para finalizar, eu gostaria de falar sobre a questão da bicicleta, que é muito importante também. Gostaria de adotar a bicicleta. Pôxa, o ônibus não funciona, a pé não dá,

então vou de bicicleta. Mas não tem como, não tem ciclovia. Eu passo pela Gastão Vidigal, e sempre tem ciclistas atropelados, porque não tem sinalização e os ciclistas não são respeitados como veículos. E isso tem que entrar no plano: a bicicleta ser respeitada como um veículo.

Enfim, acabou o meu tempo. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Está contemplada, mas mande também as sugestões pela internet, pelos canais.

Tem a palavra o Vereador Police Neto.

O SR. POLICE NETO – Primeiro quero agradecer aos que foram ao microfone e anunciaram o sucesso de público e o sucesso também das abordagens. É importante porque, mesmo entendendo pouco do plano, a gente entende da cidade, porque a gente sabe a cidade que a gente quer. E o esforço concentrado que os Vereadores vão ter que fazer é traduzir de maneira mais simples o que não apenas a população nos fala, mas aquilo que os técnicos vêm recomendando. Conseguir unir esse conhecimento técnico e científico ao conhecimento popular e leigo talvez seja a tarefa mais importante que a gente vai ter.

Quero contar para vocês que é muito diferente cada uma das audiências que realizamos. Por isso, a Rita, quando falou ao microfone, falou muito do que pouco foi falado aqui: aqui não tivemos uma pressão popular por habitação de interesse social, por exemplo. E isso é óbvio, porque estamos numa região estruturada, e aqui o que se busca é manter o conforto produzido ao longo dos últimos 50-60 anos, garantir que a qualidade de vida daqueles que aqui estão, mesmo sabendo desses desafios – ter na Av. Paulista um milhão e meio de trabalhadores, ter 600-700 mil pessoas passando pelo Largo do Batata.

Então essa discussão de toda a cidade talvez seja o momento mais poderoso que a cidade tem, e ainda vamos passar em cada uma das subprefeituras. Aqui é o encontro da região Oeste, mas teremos em Pinheiros, Butantã. Vai ser um momento rico para descermos mais próximo da casa de cada um. Então, aqueles que vieram hoje e perceberam o quanto é poderosa a participação, não deixem de ir naquela que acontecerá na subprefeitura do seu bairro. Essa talvez seja a mais importante de todas.

Deixo esse convite. Agradeço cada uma das contribuições dadas. Não vou poder esperar o final da reunião, e me desculpo antecipadamente, porque eu preciso abrir a reunião do Campo Limpo. Hoje temos uma audiência no Campo Limpo e amanhã temos uma no Ipiranga. Estamos ainda fechando a região Sul e já começando a região Oeste. Mas quero

agradecer cada umas contribuições, que são fundamentais para entendermos essas diferenças que a cidade tem. E sabemos que não é apenas a lei que produz a cidade que a gente quer, porque vamos produzi-la também com os nossos hábitos, com as mudanças culturais, ou então a palavra da lei será muito menos do que as atitudes que a gente pode ter todo dia.

Muito obrigado pela presença de vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Quero aproveitar a oportunidade de ter um trabalho na região como médico. Farei apenas um comentário muito rápido sobre o que foi colocado em termos de saúde.

As políticas públicas das últimas três décadas foi tentar levar saúde aonde havia absoluta exclusão da saúde em São Paulo. Mais de meio bilhão de habitantes não tinha uma cama sequer na Cidade Tiradentes e em M'Boi Mirim, e ao longo do tempo as coisas caminharam assim.

Sou da zona Oeste, meu consultório é na Pompeia, sou do São Camilo, e sentimos uma tristeza enorme ao ver abandonada a perspectiva de o Poder Público colocar instalações públicas de saúde na região Oeste. Até parece que nós aqui não temos necessidade de serviços públicos. O que existe aqui é o que existia há muitos e muitos anos: a USP está lá. E aí nós fechamos o Sorocabão, fechamos o Pronto-Socorro Municipal da Lapa, que era o mais competente para atendimento de urgência da América Latina. Perdermos. Foi embora o Humaitá, por questões de tombamento. E outros, como Panamericano, que é privado, aqui do lado, fechando. Enfim, ao longo do tempo, perdemos todas essas unidades. E as zonas Leste, Noroeste e Sul foram recebendo as AMAs, as unidades de atendimento e tudo. O que tem de novo para o momento agora é a transformação do Pronto-Socorro Municipal da Lapa numa grande UPA, que terá 12 leitos para homem e para mulher, de retaguarda, que funciona como um serviço de atendimento muito importante, vai substituir, vai acontecer agora, no início do ano. E não temos aqui unidades de saúde nova. Se vocês observarem, na região toda nós não temos nenhum, sequer para mostrar. Geralmente são casas antigas, alugadas e adaptadas. Mas isso por quê? O Poder Público ao longo do tempo foi tentar acudir aquilo que não tinha nada e aqui nós nos sentimos esquecidos. Eu sinto essa falta porque temos Santa Casa, que é referência para todos nós, temos o HC, temos a USP do outro lado e mais nada. O que acontece? Porque não tem tanta chiadeira, Vereador Matarazzo? Por que não tem tanto

problema? Porque aqui temos nessa região 1.um emprego por habitante. É a maior de São Paulo, pegando, inclusive a região centro. Oitenta e cinco por cento do trabalhador desta região tem plano de saúde empresarial. Então eles buscam atendimento médico pelos seus convênios e aqui temos uma riqueza razoável de hospitais que atendem aos convênios. Mesmo assim estão devendo na cidade de São Paulo 3.500 leitos de atendimento dos próprios convênios. Portanto, até mesmo a saúde suplementar esta devendo leitos novos na cidade de São Paulo porque não tem como atender toda essa demanda. É por isso que não temos uma grande chiadeira, porque a quantidade de planos de saúde que tem nessa região é muito grande, é a mais densa de São Paulo em termos de pacientes atendidos por plano de saúde. Mas faz parte da política atual rever essa situação. Nós estamos tratando desse assunto no sentido principalmente do atendimento de urgência nessa região.

É apenas uma fala apenas do que a gente conhece da saúde nessa região. Deixo para o Vereador Nabil complementar o trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)- Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu vou aproveitar que vou fazer uma fala um pouco didática para a gente entender o que é assunto que cabe no Plano Diretor e que são assuntos que não são específicos do Plano Diretor. Eu vou aqui falar porque o teu assunto cabe, uma parte do seu assunto cabe, quer dizer, o que cabe dentro do Plano Diretor.

Primeiro vamos pensar o seguinte, a proposta do Plano Diretor é pensar a cidade do futuro do ponto de vista da sua organização física territorial. Ele não é um instrumento único, ele é um instrumento que é complementado por outros instrumentos urbanísticos e outros planos setoriais. Alguns deles são estritamente urbanísticos, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, os Plano Regionais, os Planos de Bairro e os planos que são basicamente planos físico territoriais, como Plano de Mobilidade e o Plano de Habitação. Do ponto de vista da saúde, o que é importante? Não só a saúde. Saúde, educação, equipamentos, cultura. O que o Plano Diretor precisa tratar? Ele precisa tratar fundamentalmente da questão da localização da

rede de equipamentos. Então, por isso que o seu assunto, que é o assunto do Hospital dentro do Butantã é um assunto que cabe dentro do Plano Diretor. Quer dizer, onde são, quais são as regiões que têm carência de equipamentos. Agora, o que não cabe dentro do Plano Diretor, que cabe, por exemplo, num plano de educação ou num plano de saúde, é uma discussão que é a discussão do serviço. Aí é com a área da saúde que vai ter que discutir essas questões, se tem cota para exames, se não tem cota, como se organiza a UBS, que tipo de serviço. Esse não é o assunto que vai ser debatido em Plano Diretor, caso contrário teríamos que ter aqui profissionais da área da saúde, teríamos que ter aqui os conselhos da área da saúde.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

O SR. NABIL BONDUKI – Gente, desculpe, vocês falaram. Estamos há duas, três horas ouvindo vocês.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

O SR. NABIL BONDUKI – Mas não é lugar para fazer essa discussão.

Gente, vamos combinar o seguinte, vou fazer a fala, quero discutir os vários aspectos do Plano Diretor que foram levantados aqui, algumas questões, agora não vamos resolver todos os problemas da Prefeitura numa audiência pública da Câmara. Esta é uma audiência pública da Câmara. Teve alguém que perguntou por que esta audiência está acontecendo ao mesmo tempo que uma atividade do Executivo. É porque esta é uma atividade da Câmara, do Legislativo, porque ele está na Câmara, ele tem um conteúdo que está aqui. Esse conteúdo é suficiente? A gente já tem uma avaliação de que esse conteúdo precisa de aperfeiçoamentos. Então do ponto de vista de equipamentos, o Plano Diretor estabeleceu aqui uma macroárea que se chama redução da vulnerabilidade social, que seria a reunião prioritária para equipamentos. Nós podemos chegar à conclusão de que essa diretriz, que é muito geral e genérica, precisa ser aperfeiçoada e detalhada, para aperfeiçoar, inclusive, questões como está, que tem regiões que não são consideradas regiões de vulnerabilidade social, mas que tem carência como parece que é o caso do Butantã, do ponto de vista de equipamentos da

área de saúde. Agora, nós não podemos no Plano Diretor discutir toda discussão do serviço de saúde, de educação idem. Então por que é importante a questão de equipamentos? Porque a questão de equipamento tem uma relação direta com a questão de obtenção de terrenos, da maneira como se organiza a cidade do ponto de vista físico na organização de equipamentos. Por exemplo, eu tenho que ter equipamentos, que para cada equipamento tem que ter uma distância que é aquela que pode ser percorrida, um raio de atendimento de serviço. Então o hospital tem um raio maior que uma UBS, uma creche tem um raio menor que uma escola de ensino fundamental, que por sua vez tem um raio menor do que uma escola de ensino médio. Então isso tem uma lógica físico territorial. Eu também tenho que pensar o que tem acontecido na zona Sul, onde por dificuldades de terreno, de obtenção de terreno e pela própria restrição por ser área de proteção ambiental, às vezes não se consegue colocar um equipamento numa área onde já tem muita gente morando, o que nas discussões da zona Sul tem aparecido. Então precisamos introduzir no Plano Diretor um conjunto de diretrizes que facilite a implantação de equipamentos em regiões que por razões ambientais hoje se tem dificuldade de implantar.

Em relação a equipamento é isso. Eu quero dizer o seguinte, quando eu falei da primeira vez, nos estamos trabalhando, ouvindo vocês, mas não só vocês em audiências públicas, estamos ouvindo técnicos, estamos ouvindo entidades que estão indo conversar com a gente. Os próprios Vereadores têm várias questões que levantam e temos feito uma análise do projeto, em discussão com o objetivo, que deixa claro a necessidade de aperfeiçoar o projeto. Aperfeiçoar e detalhar, precisar melhor. Por exemplo, a questão dos eixos de transformação, que teve uma senhora aqui que me perguntou porque não sabia o que era isso. Os eixos de transformação são as áreas que estão sendo consideradas como aquelas áreas que vão absorver as necessidades futuras da cidade, porque São Paulo não pode mais crescer horizontalmente. Então temos áreas que podem atender as necessidades urbanas, não é o mercado, nós não temos que atender ou deixar áreas reservadas para que o mercado atue. O

que nós temos que garantir é que os usos urbanos necessários possam se instalar na cidade. Tem um senhor, que não sei se ainda está aqui, que é professor da USP, que levantou aqui a questão que é muito clara, a população está sendo expulsa para a periferia da cidade e isso agrava o problema de mobilidade. Então nós temos que garantir que haja espaço dentro da cidade, dentro da área já estruturada que seja compatível com o seu entorno e que possa abrigar as atividades. Eu vou dar um número inclusive para os senhores dialogarem com a Lucila, por exemplo, que falou sobre a questão de crescimento de usos e atividades. Os 22 distritos melhores da cidade, recentemente eu assistia uma palestra da professora Aldaíza Sposati, que ela tem um mapa da inclusão e exclusão social e ali ficam os 21 melhores distritos da cidade, que são esses que estão representados principalmente por essa macrorregião, certo, 22 distritos. Esses 22 distritos perderam, eles tinham em 91 um milhão e 900 mil pessoas morando. Hoje tem um milhão e 450 mil pessoas, ou seja, 500 mil pessoas saíram desses distritos pelas razões que já foram inclusive levantadas aqui, especulação imobiliária, mudança de uso. Então o Plano Diretor está exatamente focado em reverter esse processo. Fazendo com que essas regiões que têm melhores condições de saúde, melhores condições de infraestrutura, que tem emprego, possam garantir que as pessoas que vivem aqui, e que não vivem, mas que viviam, possam voltar a viver nessa região e para isso temos que localizar quais são as regiões adequadas para isso. Então quando se propôs os eixos de transformação ao longo das estações de metrô, dos corredores de ônibus, o que está se preocupado é viabilizar espaço para as unidades habitacionais pequenas, porque nesses eixos não se pode fazer apartamentos de luxo, de grande área, nem com número grande de garagens, então tem restrição do número de garagens e restrições de área para que nessas regiões, nessas áreas ao longo do transporte coletivo possa se ter mais gente morando, mais próximo, portanto, do emprego. E essa é uma diretriz fundamental, que não o Plano Diretor, é que todo mundo hoje coloca na cidade, que é aproximar onde a gente mora de onde a gente trabalha, para poder ir a pé, para poder se deslocar por espaços curtos. E a mesma coisa do ponto de vista dos

equipamentos. A gente precisa ter equipamentos em todas as regiões da cidade para a gente não precisar se deslocar exageradamente no território. Então essa é uma diretriz de horizonte futuro da cidade. Para isso se precisa tomar um conjunto, fazer um conjunto de ações e um conjunto de regulações urbanas. Então o Plano Diretor é isso.

Tem uma pergunta da Gabriela Cesarino, sobre os Planos de Bairro. Os Planos de Bairro são planos numa escala menor do que os das subprefeituras. E o Plano Diretor define o seguinte, diz o que pode ser Plano de Bairro. O Plano de Bairro não pode mudar o uso do solo. O uso do solo é no zoneamento, articulado com o Plano Regional e aprovado por lei. Então a tua pergunta aqui, quando diz que o Plano de Bairro pode ser aprovado por decreto depois do Plano Regional, é porque tem assuntos do Plano de Bairro que são assuntos que podem ser debatidos pela comunidade e podem ser dessa maneira implementados. Por exemplo, questões de destinação de áreas públicas, questões relacionadas com calçadas, com fiação, com arborização, com maneira como as praças podem se ocupadas, são assuntos que as comunidades podem discutir nos planos de bairro e, de certa forma, a partir de uma pactuação, isso pode ser feito por decreto. Então está numa escala que não muda o uso do solo, porque ele só pode mudar por lei. Isso está na nossa Lei Orgânica e isso está regulamentado no Plano Diretor. Não pode haver mudança do uso do solo que não seja por lei.

Não vou me estender mais, mas queria chamar a atenção, só para completar, questão de parques, questão de ações, porque o Plano Diretor tem os objetivos, ele tem que ter ações e regulação. Regulação é zoneamento, é uso e ocupação do solo, ações são intervenções que tem que ser feitas, por exemplo, construir um hospital, construir um centro de saúde, fazer o equipamento para coleta seletiva, implantar parques, comprar áreas para parques. Veja, as ações dependem de programas públicos e de dependem de recursos. Então, por isso que o Estatuto da Cidade diz que o orçamento programa e os orçamentos plurianuais devem estar subordinados ao Plano Diretor. O Plano Diretor faz o planejamento de longo prazo. Quais são os parques que tem que ser feitos na cidade? Então o Plano Diretor tem aqui

uma lista de mais de 100 parques num anexo. Aí as pessoas falam: “Fica no papel”. O Plano Diretor precisa prever isso e precisa, inclusive, criar instrumentos para facilitar que a Prefeitura desapropriar os parques. Agora, para ela desapropriar os parques ela precisa de recursos para poder aplicar. E aí o Plano Diretor não tem esse condão mágico de alterar o orçamento da cidade. Ele pode prever. Se falou aqui da outorga onerosa e recursos da operação urbana. Ele pode dizer sobre esses recursos, ele pode estabelecer diretrizes para sua utilização. E veja bem, eu acho que no caso da Operação Urbana Faria Lima, que envolve essa área que estamos hoje, é importante que a gente possa ter uma ampliação, a criação de um perímetro expandido da Operação Urbana Faria Lima, como foi feito na Operação Urbana Água Branca, para poder inclusive atender melhor as necessidades da região. Então isso são diretrizes que podem estar presentes no Plano Diretor.

Quero finalizar aqui. Na segunda-feira vamos ter uma audiência pública no Butantã, na quinta-feira vamos ter na Lapa e no sábado vamos ter em Pinheiros. Então vamos poder ter continuidade nessa conversa nas próximas audiências públicas para que a gente aprofunde e qualifique.

Obrigado pela presença de vocês. Vou passar para a gente concluir.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Só queria saudar rapidamente todos vocês que ficaram até às 14h, perto de cem pessoas ficaram até às 14h, isso é um esforço muito grande. Queria parabenizar e saudar também a Comissão de Política Urbana, o nosso Presidente, Vereador Andrea Matarazzo, o Vereador Paulo Frange, o Vereador Nabil Bonduki, que é o relator, o Vereador Police Neto, as pessoas que estão fazendo um esforço muito grande para levar esse debate para todos os lugares. Nós temos anunciado na televisão, nos jornais as audiências públicas, tudo num esforço para fazer um debate importante.

Quero encerrar dizendo o seguinte, o Plano Diretor vai ser votado no começo do ano que vem, depois de 45, 50 audiências públicas. Em seguida vamos debater e votar a Lei do Zoneamento, que ela não pode ser feita junto com o Plano Diretor por um acordo com o

Ministério Público, e depois nós vamos votar o novo Plano de Edificações de São Paulo. Então a sequência onde a gente deve discutir e votar parte importante da legislação urbana da nossa cidade.

Gente, um grande abraço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) –Eu queria dizer que nada mais havendo a tratar especificamente sobre o assunto, declaro encerrada essa audiências pública referente ao Plano Diretor.

Quero agradecer muito a presença de vocês e, em especial, a participação tão ativa de todos vocês. Obrigado e boa tarde.
